

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Thábata Fontoura de Mendonça

**Serviço Social e a era digital: TICs, empreendedorismo e a precarização
da profissão**

JUIZ DE FORA
MARÇO 2025

Thábata Fontoura de Mendonça

**Serviço Social e a era digital: TICs, empreendedorismo e a precarização
da profissão**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social como requisito parcial
à obtenção de grau de bacharel em Serviço Social
pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Ms^a Fernanda Picinin Moreira

JUIZ DE FORA
MARÇO 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Thábata Fontoura de Mendonça
Matrícula Discente	201906837
Título do TCC	Serviço Social e a era digital: TICs, empreendedorismo e a precarização da profissão
Natureza do trabalho	Monografia de conclusão de curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Ma. Fernanda Picinin Moreira
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	21/03/2025
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dra. Ana Luiza Avelar de Oliveira Ma. Jéssica Ribeiro Duboc

Aaprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 21 de março de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Picinin Moreira, Professor(a)**, em 24/03/2025, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2294070** e o código CRC **3647343D**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado _Serviço Social e a era digital: TICs, empreendedorismo e a precarização da profissão, para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SCIAL, pelo(a) discente Thábata Fontoura de Mendonça (matrícula 201906837), sob orientação da Prof.(a) Ma.(a) Fernanda Picinin Moreira e coorientação da Prof. a) Dr(a) _____, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 21 dias do mês de março do ano de 2025 , às 15 horas e 30 minutos, na sala 9 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Ma.	Fernanda Picinin Moreira	Orientadora
Dra.	Ana Luiza Avelar de Oliveira	Membro de Banca
Ma.	Jéssica Ribeiro Duboc	Membro da Banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(x) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstaciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 21 de março de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Picinin Moreira, Professor(a)**, em 24/03/2025, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Avelar de Oliveira, Professor(a)**, em 26/03/2025, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Ribeiro Duboc, Professor(a)**, em 26/03/2025, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thábata Fontoura de Mendonça, Usuário Externo**, em 26/03/2025, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2294068** e o código CRC **83E6B178**.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fontoura de Mendonça, Thábata .

Serviço Social e a era digital: TICs, empreendedorismo e a
precarização da profissão / Thábata Fontoura de Mendonça. --
2025.

71 f.

Orientadora: Fernanda Picinin Moreira
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. Serviço Social. 2. Empreendedorismo digital. 3. Tecnologias da
Informação e Comunicação. 4. Reestruturação Produtiva. I. Picinin
Moreira, Fernanda, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, que ousou deixar as suas pequenas certezas em uma cidade interiorana para se aventurar no completo desconhecido, movida pelo sonho de que seus filhos pudessem cursar uma universidade pública e de qualidade.

Ao meu irmão, Gabriel, que acreditou em mim em momentos que eu mesma não acreditava, e me trouxe a confiança necessária para seguir em frente.

Ao meu companheiro, Mayk, por ser meu cúmplice de vida e que me deu todo amparo necessário para enfrentar as adversidades do caminho, com afeto e carinho.

Aos amigos que fiz ao longo da graduação, com os quais pude compartilhar o peso da caminhada. Nossas conversas e experiências conjuntas foram essenciais para que a graduação fosse mais leve e enriquecedora.

As minhas amigas de infância, Bárbara e Júllia, sempre presentes mesmo com a barreira física da distância, que me apoiaram de todas as formas durante toda a minha existência.

Aos meus amigos que compreenderam as minhas ausências e me deram suporte, trazendo luz nos momentos mais difíceis.

A minha orientadora, Fernanda, que conseguiu transformar um vasto tema de pesquisa em algo possível e prazeroso. Por se fazer presente e me amparar durante todo o processo, sempre me incentivando e acreditando no meu potencial.

Aos professores que tive ao longo da graduação, que contribuíram para a minha formação profissional, transformando o rumo da minha história.

Ao ensino público de qualidade, sem o qual eu jamais conseguiria ter uma formação profissional.

RESUMO

Este trabalho analisa os impactos da reestruturação produtiva e da difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Serviço Social, com ênfase na apropriação do discurso empreendedor por assistentes sociais que utilizam plataformas digitais, especialmente o Instagram, como meio de atuação profissional. A pesquisa problematiza como a lógica neoliberal tem reconfigurado a inserção profissional dos assistentes sociais, deslocando sua atuação crítica em prol de uma atuação mercantilizada. Para isso, o estudo se fundamenta no método materialista histórico dialético que compõe a teoria marxiana, reconhecendo que somente através deste aporte teórico é possível compreender a realidade na sua totalidade para além do que está posto na aparência dos fenômenos. Desse modo, a partir das referências bibliográficas discutimos as transformações no mundo do trabalho, a precarização e as novas formas de subordinação do trabalhador.

A pesquisa combina uma abordagem teórica com um levantamento empírico, a partir da observação de perfis de assistentes sociais no Instagram. Foram coletadas postagens e analisados discursos que vinculam a profissão à lógica empreendedora, com foco na promoção de mentorias, cursos e consultorias voltadas para outros profissionais da área. Essa etapa buscou ilustrar como a profissão tem sido ressignificada no ambiente digital e quais estratégias são utilizadas para difundir o empreendedorismo como alternativa viável à crise do trabalho formal. Os resultados indicam que essa tendência contribui para a fragmentação da identidade profissional, promovendo a dissolução das três dimensões fundamentais da atuação do assistente social — teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa — e afastando a profissão de sua perspectiva crítica e coletiva. Dessa forma, reafirma-se a necessidade de um debate aprofundado sobre os impactos dessas transformações, a fim de fortalecer a resistência da categoria e reafirmar seu compromisso com o Projeto Ético Político da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social, Empreendedorismo digital, Tecnologias da Informação e Comunicação, Reestruturação produtiva, Precarização do trabalho.

ABSTRACT

This study analyzes the impacts of productive restructuring and the spread of Information and Communication Technologies (ICTs) in Social Work, with an emphasis on the appropriation of the entrepreneurial discourse by social workers who use digital platforms, especially Instagram, as a means of professional practice. The research problematizes how the neoliberal logic has reconfigured the professional insertion of social workers, shifting their critical approach towards a market-oriented performance. To this end, the study is based on the historical-dialectical materialist method, which is part of Marxian theory, recognizing that only through this theoretical framework is it possible to understand reality in its totality, beyond the superficial appearance of phenomena. Thus, based on bibliographic references, we discuss transformations in the labor world, precarization, and new forms of worker subordination.

The research combines a theoretical approach with an empirical study, through the observation of social workers' profiles on Instagram. Posts were collected and discourses analyzed, linking the profession to an entrepreneurial logic, with a focus on promoting mentorships, courses, and consultancy services aimed at other professionals in the field. This stage sought to illustrate how the profession has been redefined in the digital environment and which strategies are used to disseminate entrepreneurship as a viable alternative to the crisis in formal labor. The results indicate that this trend contributes to the fragmentation of professional identity, promoting the dissolution of the three fundamental dimensions of social work practice—theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operative—and distancing the profession from its critical and collective perspective. Thus, the need for an in-depth debate on the impacts of these transformations is reaffirmed, in order to strengthen the resistance of the category and reaffirm its commitment to the Ethical-Political Project of the profession.

Keywords: Social Work, Digital Entrepreneurship, Information and Communication Technologies, Productive Restructuring, Labor Precarization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Design do perfil asdoseculo21 no Instagram.....	51
Figura 2 - Design do perfil ikesocialoficial no Instagram.....	52
Figura 3 - Publicação ikesocialoficial no Instagram.....	54
Figura 4 - Publicação no Instagram ikesocialofical.....	55
Figura 5 - Publicação do perfil asdoseculo21 no Instagram	57
Figura 6 - Publicação do perfil asdoseculo21 no Instagram	59
Figura 7 - Oferta disponibilizada no site vinculado ao perfil asdoseculo21	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. TRABALHO, CAPITAL E TECNOLOGIA: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS.....	13
1.1 A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E O CAPITALISMO DE PLATAFORMAS.....	24
2. SERVIÇO SOCIAL, PRECARIZAÇÃO, TICS E MÍDIAS SOCIAIS	28
2.1 O INCREMENTO DAS TIC'S NO SERVIÇO SOCIAL.....	40
3. SERVIÇO SOCIAL NO INSTAGRAM: A INFLUÊNCIA DO DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

Vivemos em um período de intensa transformação tecnológica, no qual as mídias sociais se tornam cada vez mais massificadas. A cada dia, novas plataformas virtuais emergem, redefinindo as formas de comunicação e interação social. Se antes as redes sociais eram apenas espaços de socialização, hoje configuram-se enquanto um novo espaço de trabalho, para além da vitrine de exposição pessoal tornou-se um espaço de vitrine profissional.

No contexto do capitalismo de plataformas, profundamente atrelado à ideologia neoliberal, observa-se a intensificação da cultura da individualização, da alta performance e da hipercompetitividade, vinculado a mercadorização e as novas formas de gestão do trabalho (GALDINO, 2023). Esse processo não ocorre de forma isolada, é preciso compreender o curso histórico no contexto de flexibilização do trabalho e as políticas neoliberais que sustentam essa reorganização produtiva (ABÍLIO, 2019). Portanto, o surgimento das plataformas digitais enquanto espaços laborais, é parte de um processo mundial que se desenrola há décadas, consolidando novas formas de exploração e subordinação dos trabalhadores.

A expansão do acesso à internet e a popularização dos smartphones foram marcos fundamentais nesse processo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, o número de usuários que acessam a internet via celular superou o uso por telefone fixo, ampliando o consumo de conteúdos midiáticos e a busca por informações e serviços em plataformas digitais. No Brasil, o Instagram consolidou-se como a segunda rede social mais utilizada, reunindo cerca de 134,6 milhões de usuários em 2024, conforme dados da Data Report Brasil (2024). Essa plataforma é usada para diversas atividades, incluindo interações sociais, lazer e, cada vez mais, fins laborais. O foco desta pesquisa recai sobre os perfis que produzem conteúdos voltados para a comercialização de infoprodutos, em especial aqueles gerenciados por assistentes sociais que utilizam o Instagram para promover e vender cursos de capacitação profissional.

O interesse pelo tema surgiu a partir de uma experiência pessoal com o algoritmo do Instagram. Como usuária da plataforma, fui constantemente exposta a sugestões de perfis profissionais e, em determinado momento, passei a receber

indicações de assistentes sociais que ofereciam cursos de especialização, promessas de aumento salarial e estratégias para atuar de forma autônoma por meio do empreendedorismo. Esse cenário gerou inquietações e questionamentos que se tornaram centrais para esta pesquisa: de que forma as novas formas de trabalho, vinculadas ao avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), têm impactado o Serviço Social? Qual o discurso ideológico predominante nesses perfis?

A precarização do trabalho é uma preocupação constante entre os profissionais de Serviço Social, especialmente diante da ausência de um piso salarial regulamentado e dos baixos salários ofertados à categoria. Nesse contexto, os perfis analisados apresentam o trabalho autônomo e o empreendedorismo como soluções viáveis, promovendo cursos que ensinam assistentes sociais a aumentar sua renda por meio da venda de projetos sociais, capacitações, treinamentos, consultorias e assessorias.

Além disso, nesses perfis tem se popularizado o termo “empreendedorismo social” e “assistente social empreendedora”, ou seja, há uma certa adesão ao pensamento neoliberal e a falácia do empreendedorismo individual, defendendo o “empreendedorismo” enquanto uma “modalidade de atuação profissional” com a justificativa de criar novos postos de trabalho devido a precarização dos postos já existentes e a baixa remuneração da categoria. No entanto, essa abordagem mascara os reais impactos da flexibilização do trabalho e desloca a responsabilidade pela empregabilidade do campo coletivo para uma perspectiva individualizada. Assim, a análise crítica dessas transformações se faz necessária, pois evidencia como o discurso do empreendedorismo é utilizado para legitimar novas formas de exploração e minar a identidade coletiva da profissão.

A revolução digital tem remodelado profundamente as dinâmicas laborais, permitindo a extração de mais-valia não apenas no "chão de fábrica", mas em qualquer espaço e a qualquer tempo, por meio das plataformas digitais. Esse fenômeno não se restringe ao setor privado, alcançando também os serviços públicos e instituições governamentais, com impactos diretos na atuação dos assistentes sociais. A reconfiguração do trabalho, impulsionada pela reestruturação do capital e intensificada pelo avanço das TICs, tem transformado as condições de inserção da classe trabalhadora, especialmente após a pandemia da COVID-19. Com as medidas de isolamento social e a estagnação da economia, o teletrabalho foi amplamente

implementado, ampliando jornadas não remuneradas, dissolvendo as fronteiras entre trabalho e vida pessoal e intensificando a exploração dos trabalhadores.

No que tange ao Serviço Social, no contexto pandêmico impõe-se o desafio de pensar quais atividades laborais poderiam ser interrompidas ou prestadas sem a presença física dos trabalhadores, devido ao isolamento social. Dessa forma, o teletrabalho é implementado na tentativa de viabilizar a atenção social à uma parcela da população usuária, mas ao mesmo tempo, ampliou as jornadas de trabalho sem remuneração e intensificou a dissolução das fronteiras entre os espaços de vida e de trabalho dos assistentes sociais.

Sendo assim, percebe-se que as inovações tecnológicas não são neutras, mas se constituem enquanto um campo de disputa social e refletem os interesses do projeto hegemônico que as constroem. Se, por um lado, essas transformações criam novas possibilidades de atuação e comunicação, por outro, precarizam diversas áreas ao serem orientadas pelas lógicas do capital. Assim, torna-se essencial analisar criticamente essa "modalidade de atuação" no Serviço Social, considerando seus impactos, limitações e contradições.

Assim, torna-se necessário a análise dessa nova "modalidade de atuação" por meio das plataformas digitais com intuito de compreender seus rebatimentos para a profissão, reconhecendo as suas potencialidades, limites e contradições. É necessário analisar essa nova "modalidade de atuação" para compreender como os assistentes sociais têm-se apropriado das ferramentas digitais para a execução e divulgação de seu trabalho, por se tratar de um campo em disputa observamos a propagação de ideologias dissonantes ao Projeto Ético Político, ainda que de forma minoritária. Assim, a partir da análise crítica podemos criar estratégias de enfrentamento das múltiplas situações que podem colocar em risco os valores éticos já estabelecidos pelo Projeto Ético Político da profissão, uma vez que é só a partir do reconhecimento da realidade em sua totalidade que podemos realizar a sua transformação.

Para analisar as transformações no "mundo do trabalho" ocasionadas pela revolução digital e seus impactos para o Serviço Social esta pesquisa assumiu como base teórico-metodológica o método materialista histórico-dialético que compõe a teoria marxiana, uma vez que somente através deste é possível compreender e analisar a realidade para além do que está posto na aparência dos fenômenos apreendendo a sua essência (NETTO, 2011 p.22)

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa exploratória fundamentada em uma revisão bibliográfica e análise de perfis de assistentes sociais no Instagram. Utilizando de autores como Ludmila Abílio, Raquel Raichelis, Ricardo Antunes, Yolanda Guerra, dentre outros textos complementares à análise. Com base nesse arcabouço teórico, foram analisados os perfis @asdoseculo21 e @ikesocialoficial, selecionados pelo seu relevante alcance e engajamento, bem como pelo uso recorrente de conceitos associados ao discurso neoliberal, como “empreendedorismo social” e “serviço social autônomo”.

Conforme Minayo (2014), a mostra ideal é aquela que expressa a totalidade do objeto a partir de suas dimensões. Assim, a observação dos dados ocorreu por meio de amostras intencionais, as contas no Instagram foram escolhidas com base na sua relevância: número de seguidores, e discurso ideológico propagado nestes perfis que difundem o empreendedorismo digital como alternativa a precarização do mercado de trabalho formal. Essas contas foram analisadas de forma *online* dentro da própria plataforma a partir do referencial teórico escolhido que também foi acessado por meio de plataformas *on-line* através de um acervo pessoal.

Os perfis selecionados foram analisados sob a ótica do referencial teórico adotado, buscando identificar como os conteúdos produzidos nesses espaços reproduzem o discurso da meritocracia e da individualização da empregabilidade. A observação focou especialmente nas estratégias utilizadas para persuadir outros profissionais a aderirem ao empreendedorismo digital, apresentando essa abordagem como uma solução para os desafios da profissão. Assim, as postagens, legendas e materiais divulgados foram examinados criticamente para evidenciar como essas narrativas se alinham à lógica neoliberal e contribuem para a precarização da profissão, ao invés de efetivamente solucionar seus impasses estruturais.

Além disso, a pesquisa buscou compreender de que maneira esses perfis articulam o discurso do empreendedorismo à prática profissional do assistente social, ressignificando sua atuação e, muitas vezes, desviando-se dos princípios do Projeto Ético-Político da profissão. A crescente popularização de termos como “empreendedorismo social” e “serviço social autônomo” entre assistentes sociais evidencia uma tentativa de adaptar a profissão à lógica do mercado, deslocando o foco da garantia de direitos sociais para um modelo baseado na venda de serviços individuais. Esse fenômeno reflete a incorporação das dinâmicas do capitalismo de

plataformas ao Serviço Social, reforçando a necessidade de uma análise crítica sobre seus impactos a longo prazo.

Inicialmente, foi realizado um levantamento teórico sobre a reestruturação produtiva do capital, com base em autores como Ricardo Antunes (1990), Jonas Valente (2021) e Ludmila Abílio (2024), a fim de contextualizar as mudanças no mundo do trabalho. Em seguida, aprofundou-se a discussão sobre a flexibilização e precarização do trabalho, com foco nos impactos da revolução digital e do advento da internet no Serviço Social. A partir desse referencial, a pesquisa avançou para a observação crítica dos perfis no Instagram, analisando como o discurso neoliberal se manifesta na profissão, promovendo uma visão mercantilizada da atuação do assistente social.

Dessa forma, o trabalho buscou não apenas identificar as novas formas de inserção profissional dos assistentes sociais nas plataformas digitais, mas também compreender os impactos dessas transformações na identidade da profissão e no Projeto Ético-Político do Serviço Social. A pesquisa, portanto, situa-se na interface entre a crítica à precarização do trabalho e a disputa ideológica no campo profissional, ressaltando a necessidade de uma análise aprofundada sobre as contradições da atuação digital na área. Assim, a pesquisa se insere no esforço de compreender os desafios contemporâneos da profissão e fomentar debates que fortaleçam o compromisso do Serviço Social com a defesa dos direitos sociais e da classe trabalhadora.

1. TRABALHO, CAPITAL E TECNOLOGIA: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS

Neste capítulo, busca-se compreender as principais consequências da reestruturação produtiva do capital e seus impactos sobre a classe trabalhadora, analisando as novas formas de gestão do trabalho resultantes do avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A partir dessa perspectiva, investiga-se como as transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico e pelas mudanças nas estratégias do capital, reconfiguraram as relações laborais e aprofundaram a precarização dos trabalhadores.

O processo de flexibilização do trabalho possui um curso histórico que remonta à década de 1970, quando a reestruturação produtiva do capital, em escala global, emerge como uma resposta à crise do modelo fordista de produção. Nesse contexto, o capital reformula novas e velhas modalidades de exploração do trabalho, com o objetivo de restaurar e fortalecer as formas de dominação burguesa (ANTUNES, 2009).

O longo período de acumulação de capital propiciado no apogeu do modelo de produção fordista, começa a dar sinais de crise logo no início dos anos 1970 com a queda da taxa de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção que já não conseguia mais responder à redução do consumo que se acentuava dado o desemprego estrutural; a maior concentração de capital devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do “Estado de bem-estar social” acarretando na necessidade de retração dos gastos públicos por parte do Estado e o direcionamento para o capital privado; o aumento das privatizações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (Antunes, 1999, p. 29-31). Para exemplificar esse processo de crise, Ricardo Antunes cita a síntese de Robert Brenner:

As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento (Brenner, 1999 apud Antunes, 1999, p.31)

Dessa forma, o excesso de produção fabril resultou em baixas taxas de lucratividade nos países de capitalismo central, a grande queda de lucratividade dos

Estados Unidos, Alemanha, Japão e seus semelhantes atrelado a incapacidade de recuperação a partir do modelo de produção vigente resultaram na redução das taxas de acumulação do capital e na estagnação econômica desse período.

Além disso, a efervescência dos movimentos trabalhistas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 demonstra a insuficiência do modelo de produção da época para controlar ideologicamente a classe operária. Contradicoriatamente, o modelo taylorista/fordista ao concentrar o proletariado no espaço social acaba por homogeneizar suas condições de existência, ocasionando em um novo proletariado com uma nova identidade e uma nova consciência de classe e ao reduzir a sua autonomia individual incentivava inversamente o desejo dessa autonomia. Assim, no final dos anos 1960 ocorre uma eclosão de revoltas da classe trabalhadora que questionavam o modelo de produção vigente, a nova geração de trabalhadores já não estava disposta a vender sua força de trabalho e sua vida pelo simples crescimento do “poder de compra”. (ANTUNES, 1999)

Apesar da radicalidade desses movimentos, a luta dos trabalhadores não conseguiu converter-se a um projeto societário contra hegemônico, mas a sua capacidade de auto-organização foi suficiente para perturbar o funcionamento capitalista, constituindo-se enquanto um dos elementos da crise estrutural dos anos 1970, evidenciando a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável.

Para contornar a crise, inicia-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, de acordo com Ricardo Antunes os contornos mais evidentes foram: o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, reestruturação da produção e do trabalho, com intuito de propiciar ao capital o instrumental necessário para tentar alcançar os níveis de expansão anteriores, reestruturando sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista (ANTUNES, 1999, p.31-36)

Nesse sentido, com a crise do Estado de bem-estar social ocorre um processo de regressão do Estado social-democrata que passa a atuar de forma mais alinhada ao neoliberalismo, contemplando a reestruturação produtiva, o enxugamento do estado, aumento das privatizações, dissolução dos direitos sociais dos trabalhadores, no campo ideológico emerge um culto ao subjetivismo e da individualidade

exacerbada com intuito de promover a desarticulação social e atuação coletiva servindo aos preceitos do neoliberalismo. De acordo com Antunes:

Foi exatamente nesse contexto que se iniciou uma mutação no interior do padrão de acumulação (e não no modo de produção), visando alternativas que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, que então dava claros sinais de esgotamento. Gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada. (ANTUNES, 1999 p.36)

A partir da crise do modelo de produção fordista/taylorista começa a coexistir outros modelos de produção e controle do trabalho, como o “modelo sueco” e o “toyotismo”. Com a efervescência do movimento operário os capitalistas perceberam que ao invés de se limitar a explorar a força muscular dos trabalhadores destituindo-os de qualquer participação na organização do processo do trabalho, como era próprio do modelo de produção fordista, podiam multiplicar o lucro explorando também o campo da inteligência dos trabalhadores, a sua imaginação, a capacidade de organização e cooperação. É com esse intuito que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que remodelaram os sistemas de administração da empresa, implantando o toyotismo. (ANTUNES, 1999)

Diferente do modelo fordista/taylorista em que a produção era fragmentada e padronizada, em que cada trabalhador se limitava a um único tipo de operação, no toyotismo prioriza-se o trabalhador polivalente que raciocina no ato do trabalho e conhece mais dos processos tecnológicos. Assim, cada trabalhador pode realizar um número maior de funções, substituir outras e cooperar em outras operações.

O modelo de produção toyotista se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, sendo comum a desconcentração produtiva e a presença de empresas terceirizadas. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe e de grupos “semiautônomos”, requerendo no plano discursivo o “envolvimento participativo” dos trabalhadores que de acordo com Ricardo Antunes é uma participação manipuladora que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado¹ e estranhado. (ANTUNES, 1999 p. 52)

¹A partir da perspectiva marxista entende-se trabalho alienado ou trabalho estranhado a condição histórica que a categoria trabalho assume na sociedade capitalista. Ver MARX,K. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989, p.162).

Trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, onde os operários trabalham simultaneamente com várias máquinas diversificadas, aliado a intensificação do ritmo do processo de trabalho. Essas mudanças têm consequências diretas para a classe trabalhadora, como a desregulamentação dos direitos trabalhistas; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização dos serviços e a destruição do sindicalismo de classe e a sua conversão em um sindicalismo de participação². Como consequência dessas transformações, a subjetividade do trabalho e a consciência de classe dos trabalhadores é afetada expressando-se nos seus organismos de representação, tem-se uma classe mais heterogênea e fragmentada. (ANTUNES,2009)

Essa classe heterogênea e fragmentada é composta pela redução do proletariado fabril e estável, que vem diminuindo com a reestruturação, sendo substituído pelo subproletariado fabril sendo denominado de “novo proletariado” são os trabalhadores terceirizados, subcontratados, “*part-time*”. Há também, um aumento do trabalho feminino em postos de trabalhos precarizados e desregulamentados, a exclusão de jovens e idosos no mercado de trabalho nos países centrais e a inclusão criminosa de crianças no mercado de trabalho. Criou-se de um lado, o trabalhador “polivalente” e “multifuncional” da era informacional e por outro lado, há um contingente de trabalhadores precarizados, sem qualificação, exercendo empregos temporários, parciais ou vivenciando o desemprego estrutural. (ANTUNES, 1995)

Dessa forma, essas mutações criaram uma classe trabalhadora mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, trabalhadores precarizados e desempregados.

No caso dos países periféricos o processo de reestruturação produtiva ocorre de forma diferente, devido as particularidades históricas proveniente da era colonial. Para tratarmos da reestruturação produtiva no Brasil é necessário antes fazer o resgate das categorias de Ruy Mauro Marini a fim de compreender qual papel o país latino-americano exerce no globo capitalista. A partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD) compreendemos que na América Latina o processo de

² Ver Antunes, R. (1999). Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (3^a ed., Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo p.52-53

industrialização ocorre de forma subordinada aos interesses das potências capitalistas centrais, de modo desigual e combinado, articulando elementos arcaicos e modernos.

Essa herança de dependência provém desde a era colonial, onde os países latino-americanos colonizados eram submetidos à vontade e ao poder das Coroas de Espanha e Portugal. Essa relação desigual permanece mesmo após a proclamação da independência nas metrópoles ibéricas, pois os países latino-americanos contraíram dívidas com o imperialismo britânico e, no século seguinte, foram explorados pelo imperialismo estadunidense. Sendo assim, esse sistema de dívidas externas resulta nas seguintes consequências:

Esse sistema de dívida secular passou a ser importante instrumento de subordinação dos Estados e de transferência de valor às economias imperialistas exportadoras não apenas de produtos manufaturados, como também de capitais. Por esse motivo, impõe-se, por meio da liberalização dos mercados, maior extração de riqueza das economias dependentes, não apenas pela transferência de valor por diferencial de produtividade, como também pelas dívidas públicas e remessas de lucros, juros e dividendos, mediante o investimento estrangeiro direto. (ARAÚJO, 2023 p. 5)

Dessa forma, Marini (1975) identifica que há uma transferência de valor desigual entre as economias dependentes e centrais, de maneira a favorecer as potências capitalistas. Como consequência, as elites dos países de capitalismo periférico para resarcirem essa perda exploram ainda mais a classe trabalhadora, aumentando o valor absoluto do mais-valor submetendo os trabalhadores a superexploração. O referido autor, caracteriza a superexploração da seguinte forma:

São negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 1975 p.13)

Com o processo de mundialização do capital ocorre o aprofundamento da dependência à medida em que surge uma nova divisão internacional do trabalho, sob os marcos neoliberais. De acordo com Carcanholo (2018, apud Araújo, 2023, p. 04) com o processo de reestruturação do capital após a crise estrutural das décadas de 1960 e 1970, criam-se fontes de mais-valia extraordinárias através do avanço tecnológico e a fragmentação da produção, com a finalidade de rebaixar os salários no centro e na periferia. A partir do avanço das contrarreformas neoliberais ocorre o

aumento do trabalho precário, principalmente na periferia, aumentando tanto o exército de reserva quanto a superexploração.

Por se tratar de uma globalidade desigualmente combinada os países centrais e subordinados vivenciaram o processo de reestruturação produtiva de formas diferentes. No Brasil, o padrão de acumulação industrial impulsionado no governo de Juscelino Kubitschek, e especialmente durante a ditadura militar com a fase do “milagre econômico” vivenciou amplos movimentos de expansão com altas taxas de acumulação. Foi somente em meados da década de 1980, ao fim da ditadura militar e sob a “Nova República” de Sarney que esse padrão de acumulação começou a sofrer as primeiras alterações, presenciando o início das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços no país, mas em um ritmo lento em comparação aos países centrais.

Foi durante a década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva no país, levando as empresas a adotarem novos padrões organizacionais e tecnológicos e novas formas de organização social do trabalho, iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*. Nesse período, tem-se também a implementação dos métodos denominados “participativos” com intuito de aderir e sujeitar os trabalhadores aos planos das empresas. (ANTUNES, 2014)

A adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos, atrelado aos métodos “participativos”, fragmentou e enfraqueceu os sindicatos. O modelo de produção toyotista e as novas formas de organização social do trabalho promoveram uma maior individualização e dispersão da classe trabalhadora, dificultando a ação coletiva, tendo em vista a dificuldade de articulação face a fragmentação da classe trabalhadora.

Mas é a partir dos anos 1990 que se intensifica o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, com as reformas neoliberais implementadas a partir do governo de Collor, assim Giovanni Alves elucida:

Na virada para a década de 1990, as reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor e o cenário macroeconômico (recessão ou baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista), contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos.(ALVES, 2009 p.190)

De acordo com o autor, a reforma neoliberal iniciada no governo Collor resultou em alterações na dinâmica da economia brasileira, bem como, na forma de ser do mercado de trabalho. Nesse momento, o Brasil se insere de forma subalterna no processo de mundialização do capital onde a adoção de políticas neoliberais submeteu o país à lógica da financeirização vigente no capitalismo global constituindo ao que Giovanni Alves (2009) denomina de “economia da sociabilidade constrangida” onde os gestores da política macroeconômica colocaram como foco a estabilização monetária por meio dos juros elevados para atrair o capital estrangeiro, com impactos cruéis no crescimento da economia e, por consequência, no mercado de trabalho expressando-se em um crescente índice de desemprego e na expansão dos contratos precários.

Nesse contexto da temporalidade neoliberal, há a experiência da precarização do trabalho no Brasil que decorre justamente da constante insegurança da classe trabalhadora quanto à situação de emprego, de representação, de contrato e das condições materiais para a manutenção da própria vida. A essa “experiência” Giovanni Alves (2009) caracteriza enquanto um elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge juntamente com a constituição do Estado neoliberal no país em uma temporalidade histórica específica. É importante enfatizar que devido às características particulares dos países de capitalismo dependente, ao falarmos de “experiência da precarização” no Brasil não significa dizer que essa precarização é ocasionada pelo processo de reestruturação produtiva, mas intensificada por ela.

As medidas adotadas por Collor tiveram impactos significativos, mas logo foram “parados” pela crise política que marcou o seu governo, assim, é sob o governo de Fernando Henrique Cardoso que o processo de reestruturação produtiva deslancha por meio do Plano Real, a partir de 1994. Mediante aos programas de qualidade total, dos sistemas *just-in-time*, da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e a produtividade através dos programas de participação que se adequam aos propósitos neoliberais. Assim, tem-se um contexto propício para o avanço da reestruturação, com o enxugamento empresarial e a implementação de mecanismos estruturados em moldes mais flexíveis. (ANTUNES,2014)

Ricardo Antunes (2014), cita como exemplo dos impactos da reestruturação produtiva no Brasil o setor financeiro, em que os trabalhadores bancários foram fortemente atingidos pelas mudanças nos processos e rotinas de trabalho,

impulsionados, principalmente, pelas tecnologias de base microeletrônicas e pelas mutações organizacionais. Conforme o autor:

Como consequência das práticas flexíveis de contratação da força de trabalho nos bancos (mediante a ampliação significativa da terceirização, da contratação de trabalhadores por tarefas ou em tempo parcial, da introdução dos call centers), presenciou-se uma ainda maior precarização dos empregos e redução de salários, aumentando o processo de desregulamentação do trabalho e de redução dos direitos sociais para os empregados em geral e, de modo ainda mais intenso, para os terceirizados, em particular no espaço dos bancos "(ANTUNES,2014 p.16)

Assim, essas novas formas de contratação possibilitaram um grande contingente de lucratividade, ao mesmo tempo em que procuraram obscurecer os laços de pertencimento de classe e diminuir a capacidade de resistência sindical dos bancários. Como consequência do processo de liofilização organizacional³ nos bancos tem-se um contexto de aumento do desemprego e de formas precárias de contratação, onde os trabalhadores bancários foram compelidos a desenvolver uma formação geral e polivalente, na tentativa de manter seus postos de trabalho, sendo submetido a um grande contingente de tarefas e jornadas de trabalho exaustivas. (ANTUNES,2014)

Através dos programas de qualidade total e de remuneração variável implementados no governo FHC os trabalhadores bancários foram persuadidos a tornar-se "colaboradores" dos bancos e das instituições financeiras, numa lógica que mascara as relações entre capital e trabalho, agora os trabalhadores são colocados como "parceiros" das empresas.

Outro exemplo citado pelo autor é o setor de calçados, que vivenciou mudanças significativas onde as técnicas de gerenciamento da força de trabalho foram implementadas em várias empresas, visando o "envolvimento" dos trabalhadores no processo de reestruturação da produção, introduzindo o trabalho "polivalente", típico do modelo de produção toyota, acentuando a exploração da força de trabalho. Além das mudanças na organização produtiva, ocorre um intenso processo de terceirização através da ampliação do trabalho para o domicílio, nas pequenas unidades produtivas, o que contribuiu para o agravamento da precarização do trabalho e alterações no espaço familiar. Há também uma degradação dos direitos sociais do trabalho, que se ampliou devido a terceirização da produção, os direitos que já haviam sido conquistados tornam-se facilmente burláveis. (ANTUNES,2014)

³ Ver ANTUNES, Ricardo (2014) – A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990 Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVII, 2014, pág. 11-25

No setor das telecomunicações também ocorrem alterações grandiosas no universo do trabalho, por meio da introdução de *call center*, que passou a ser responsável pela comunicação entre os clientes e as empresas. Com péssimas condições de trabalho onde o/as teleoperadores passam a maior parte do tempo sentados na frente do visor dos computadores e sendo constantemente vigiados pelos supervisores que exigem sempre o maior índice de produtividade e controlam o tempo médio de atendimento dos trabalhadores. (ANTUNES, 2014 p.20)

Esses exemplos colocados por Antunes, nos permite analisar que há um crescimento das relações de trabalho mais desregulamentadas e precarizadas, onde essas mutações estão intimamente ligadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, em que “as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a *classe-que-vive-do-trabalho.*” (ANTUNES, 2014 p.21)

Em suma, de acordo com Ricardo Antunes, o processo desencadeado pela reestruturação produtiva do capital alterou a forma de ser da classe trabalhadora⁴, resultando em uma nova morfologia do trabalho onde há uma redução do proletariado industrial, tradicional e estável proveniente do modelo taylorista e fordista para dar espaço aos trabalhadores terceirizados, subcontratados, *part-time* em regime de trabalho parcial. Assim, ocorre uma redução do proletariado tradicional fabril e uma ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a empregos precarizados, informais e/ou com contratos temporários sem garantias de direitos empregatícios e sociais. Luciano Vasapollo caracteriza a nova condição de trabalho da seguinte forma:

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade. O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não ocupação (VASAPOLLO, 2005 apud ANTUNES,2009 p. 234)

⁴ É preciso indicar que a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a *classe-que-vive-do-trabalho* e que são despossuídos dos meios de produção.

Portanto, conforme Antunes na contemporaneidade há um grande contingente de trabalhadores com contratos de curta duração ou de meio-expediente, que podem ser requisitados de acordo com a necessidade do empregador sem um horário fixo de trabalho pré-determinado, mas isso não significa maior “liberdade” para o trabalhador. É importante enfatizar que como Vasapollo (2005) elucida nos momentos em que o trabalhador não é solicitado não há garantias de uma remuneração. Ricardo Antunes (2009) esclarece que a flexibilização pode ser compreendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores sem penalidades a depender da diminuição do contingente de vendas, ou ainda, aumentar a carga horária de trabalho quando julgar necessário, possibilidade de pagar salários mais baixos do que a jornada de trabalho exige e dentre outras formas de precarização do trabalho com uma única garantia: a liberdade para o empregador.

Diante dos elementos expostos, torna-se evidente que nas últimas quatro décadas o mundo do trabalho vivenciou mudanças profundas e significativas. Com o processo de reestruturação do capital advindo da crise do modelo fordista, temos transformações no modo de gestão do trabalho e da vida, com traços mais flexíveis e precários. Dentro do contexto neoliberal, uma das defesas para a flexibilização do trabalho é que a partir da redução dos direitos trabalhistas torna-se possível diminuir os custos da manutenção dos vínculos empregatícios para o empregador e consequentemente, garantir os postos de trabalho.

É com esse viés que o Estado neoliberal aprova a reforma trabalhista no ano de 2017 no Brasil, na forma da Lei nº 13.467/2017, sob a justificativa da flexibilização da legislação trabalhista enquanto um instrumento de combate ao desemprego. As principais regras alteradas pela reforma dizem respeito a regulamentação, plano de carreira e jornadas de trabalho. Entretanto, como era de se esperar, nos anos subsequentes da reforma fica evidente a sua ineficácia na redução do desemprego, o que ocorre é a redução do mercado de trabalho formal, o aumento das desigualdades e o aprofundamento da informalidade (Araújo; Divino; Silva, Batista, 2023).

Com o aumento da informalidade e das atividades com remuneração mais baixas e o incremento dos trabalhadores autônomos, o processo de desestruturação do mercado de trabalho ocasionou na destruição das fontes de financiamento da seguridade social (Araújo; Divino; Silva, Batista, 2023).

Nesse período também houve um aumento dos trabalhadores autônomos, como tentativa de sobrevivência mediante as consequências ocasionadas pela reforma trabalhista, de acordo com o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV- Ibre) entre Julho de 2017 e Junho de 2024 os trabalhadores autônomos passaram de 21,7 milhões para 25,4 milhões, crescimento de 17%⁵.

Posteriormente, com o advento da Pandemia da COVID-19 esse contexto de precarização se intensifica. Devido as medidas de contenção da propagação do SARS-CoV-2 diversos estabelecimentos foram fechados, com medidas de distanciamento social, aumentando o índice de desemprego. Assim, o desemprego e os postos de trabalho precarizados que já eram um expressivo problema nos países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, é retroalimentado por uma dinâmica de crise sanitária-social (SOUZA, 2021 p.5)

Diante desse panorama, observa-se que a reestruturação produtiva do capital, ao redefinir as dinâmicas do trabalho, intensificou a fragmentação da classe trabalhadora e aprofundou a precarização das relações laborais. O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desempenhou um papel central nesse processo, viabilizando novas formas de subordinação do trabalho, caracterizadas pela flexibilização, pelo enfraquecimento dos vínculos empregatícios e pela transferência dos riscos da atividade produtiva para os próprios trabalhadores. Esses elementos evidenciam que as transformações no mundo do trabalho não ocorreram de maneira homogênea, mas sim marcadas por contradições que favorecem a lógica do capital em detrimento da segurança e estabilidade da classe trabalhadora. A crescente informalidade e a difusão do discurso da autonomia profissional emergem, portanto, como estratégias que mascaram a intensificação da exploração, deslocando a responsabilidade da crise do trabalho do âmbito estrutural para o individual.

Além disso, a reestruturação produtiva e o avanço das TICs não apenas modificaram as relações de trabalho, mas também influenciaram as concepções sobre produtividade, autonomia e empregabilidade. O discurso da inovação e da flexibilidade

⁵ Dados disponíveis em: <https://www.eco.unicamp.br/midia/sete-anos-depois-reforma-trabalhista-e-reconhecida-como-precarizante>

passou a justificar a intensificação do trabalho e a instabilidade dos vínculos empregatícios, ao mesmo tempo em que naturaliza a transferência de responsabilidades para os próprios trabalhadores. Nesse cenário, compreender essas mudanças torna-se essencial para avaliar seus impactos sobre diferentes setores e categorias profissionais, especialmente diante da crescente individualização das relações laborais e da mercantilização do trabalho.

1.1 A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E O CAPITALISMO DE PLATAFORMAS

A nova morfologia do trabalho compõe também uma nova tipificação de proletariado denominado infoproletariado ou ciberproletariado (HUWS,2014), impulsionado pela proliferação dos trabalhadores dos *call centers* e das empresas de *telemarketing* composto por trabalhadores inseridos em uma espécie de trabalho cada vez mais virtual na era cibernética (ANTUNES,2014 p.21). De acordo com Jonas Valente (2021) com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) começam a existir novas formas de trabalho dentro e fora das fábricas, em que a atividade produtiva pode ser realizada em qualquer lugar e a qualquer momento por meio das plataformas digitais e dos dispositivos digitais. Assim, as plataformas digitais propiciam novas formas digitalizadas de organização do trabalho denominado “trabalho digital”. Para definir esse conceito o autor cita a definição de Scribano e Lisdero⁶ que descrevem o trabalho digital como “uma série de fenômenos dependentes da expansão de práticas relacionadas às TICs envolvendo um conjunto de relações produtivas inventadas e a partir de plataformas digitais que ampliam a dimensão colaborativa das interações” (VALENTE, 2021 p.164).

Assim, na direção do avanço da perda de direitos trabalhistas ocasionada pelo processo de reestruturação do capital e da flexibilização do trabalho está a instituição de um Modelo de Negócios organizado em Plataformas Digitais, conectando serviços e clientes em um modelo de trabalho sob demanda, em que trabalhadores autônomos executam os serviços quando solicitados sem qualquer garantia de direitos trabalhistas e em condições precárias de trabalho.

⁶ SCRIBANO, Adrian; LISDERO, Pedro. Work and Sensibilities: Commodification and Processes of Expropriation Around Digital Labour. In: Digital Labour, Society and the Politics of Sensibilities. Palgrave Macmillan, Cham, 2019. p. 39-60.

Um exemplo claro das transformações descritas acima é o processo de uberização do trabalho que consolida o trabalhador enquanto um auto gerente subordinado, que não possui vínculos empregatícios, mas adere ao trabalho por meio das plataformas, nessa condição encontra-se desprovido de garantias e direitos associados ao trabalho arcando com os custos e riscos de sua própria atividade laboral. (ABÍLIO, 2019)

De acordo com Ludmila Abílio (2019) a uberização traz um tipo de utilização de força do trabalho que conta com a disponibilidade do trabalhador que pode ser requisitado ou não, de forma automatizada e controlada por meio das plataformas digitais. Um trabalhador *just-in-time* que está desprovido de direitos associados ao trabalho sem garantias sobre a sua carga horária e remuneração, estando à disposição da empresa sem controle sobre a forma como o seu trabalho é disponibilizado e remunerado (ABÍLIO,2019 p.3)

Durante a pandemia da COVID-19 esse processo de uberização do trabalho se intensifica, se antes da crise pandêmica essas práticas já eram utilizadas durante esse contexto elas se ampliam de forma exponencial e consequentemente, ampliam-se as formas de exploração do trabalho. Para Ricardo Antunes, durante esse período foram desenvolvidos novos laboratórios de experimentação do trabalho, vinculados às plataformas digitais, o home office e o teletrabalho, assim, as grandes corporações utilizam-se do grande exército industrial de reserva para ocupar esses novos postos de trabalho precarizado gerenciados pelas tecnologias digitais e seus algoritmos (ANTUNES, 2023)

Além disso, a crise do coronavírus propiciou a aceleração de fenômenos sociais típicos da era neoliberal como: a individualização das relações de trabalho; a precarização estrutural do trabalho e a fragmentação dos espaços de trabalho. Nesse mesmo período também ocorre a aceleração da transformação digital, com foco no trabalho digital e das dinâmicas a ele associadas. Dessa forma, o contexto pandêmico favoreceu a aceleração do processo de digitalização, que por sua vez, foi fortemente alimentado pelo setor capitalista da economia digital. Sobre esse contexto Ricardo Antunes elucida:

Se o trabalho digital já era uma realidade em seu próprio núcleo original, ou seja, a economia digital, o mundo das plataformas, dos algoritmos

(inclusive nos setores industriais com alta robotização e automação), com o advento da pandemia, ele interessou, e em parte transformou, o processo econômico-produtivo (da produção à comercialização de bens e serviços) e a organização do trabalho em muitos outros setores. Nesse sentido, a digitalização dirigida pelo capitalismo, com suas várias tecnologias (*internet, internet of things, IoT, blockchain, conectividade móvel, cloud, megadata, AI, machine learning, deep learning etc.*), comandou a transformação da organização do trabalho numa direção precisa: acelerar o ciclo de valorização do capital (produção e circulação cada vez mais interconectadas), para, em última instância, aumentar a margem de lucro. (ANTUNES, 2023 n.p)

Nesse contexto atual do Capitalismo de Plataformas, a relação de trabalho é baseada na falsa sensação de autonomia do trabalhador, no que concerne ao horário de trabalho e remuneração variável em um cenário marcado pelo desemprego estrutural. Em busca de uma alternativa de renda os trabalhadores se submetem aos Apps por meio de uma força de gestão baseada na conexão digital entre o cliente e o prestador de serviços. Essa mudança de organização empresarial coloca os trabalhadores na condição de força de trabalho desprovida de uma relação contratual, realizando o serviço por conta própria. Ou seja, “o uso de aplicativos via internet teve a capacidade de modificar instituições e asseverar a flexibilização das relações de trabalho em âmbito mundial resultando no tão almejado livre mercado sem legislação protetiva para reger a contraditória relação capital/trabalho”. (CHAVES, 2020, p. 9)

Dentro do contexto de flexibilização do trabalho e a implementação pelo Estado de políticas neoliberais o trabalho precarizado é mascarado pela ideologia neoliberal, em que o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores através do envolvimento manipulatório (ANTUNES, 2006). É com esse intuito que emerge o conceito de “empreendedorismo”, em que o trabalhador precarizado é apresentado como empreendedor e “chefe de si mesmo” e portanto, responsável por assumir os riscos da sua própria atividade laboral e seus custos de execução. Nesse sentido, opera também “um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade” (ABÍLIO, 2019, p. 4)

Dessa forma, o discurso ideológico neoliberal na faceta do empreendedorismo mascara as relações entre capital e trabalho, em um contexto de fragmentação da classe trabalhadora ocasionado pela reestruturação do capital, colocando o trabalhador como responsável por sua condição precarizada e, por conseguinte, responsável também por solucionar as condições de sua própria precarização, como se essa condição se desse de maneira isolada a cada trabalhador e não como algo comum a classe trabalhadora como um todo. Portanto, há um conjunto abrangente de

transformações e mutações que vêm afetando a classe trabalhadora em um contexto em que predominam elementos do neoliberalismo e as novas configurações de trabalho ocasionadas pelo Capitalismo de Plataformas.

É necessário enfatizar, que o neoliberalismo enquanto uma ideologia com função de manutenção e renovação do poder das classes dominantes não possui um caráter estático e, dessa forma, se renova para manter a sua eficiência de acordo com as necessidades de controle apresentadas face às conjunturas históricos-sociais (MISOCZKY et al., 2017). Em vista disso, uma das mutações operacionais do neoliberalismo é o gerencialismo, “seu braço operacional e ideologia complementar” (MISOCZKY et al., 2017 p. 188), a emergência do gerencialismo se dá como parte da estratégia criada para contrarrestar a crise do capital na década de 1970 e legitimar a reestruturação do capital.

A ideologia gerencialista compõe o conjunto de fenômenos da cultura *management*, conforme Gaulejac (2007) o gerencialismo solidifica a cultura do alto desempenho e competição como modelo de eficiência e modo de vida. Segundo Ituassu e Tonelli (2014), outro fenômeno ligado à cultura do *manament* que legitima e impulsiona o neoliberalismo é a cultura do empreendedorismo que insere o mercado em todas as esferas da vida social e cultural, tornando a empresa um modelo de governo para a sociedade e um modelo de conduta a ser seguido pelos sujeitos propagando o discurso de que todos podem e devem ser bem-sucedidos através do empreendedorismo.

De acordo com Itausso e Tonelli (2014 p.88), o empreendedorismo consiste então, “num sistema de ideias, crenças, tradições, princípios e mitos próprios, sustentado por diferentes grupos sociais” onde o sucesso e o fracasso são vistos meramente como fruto de ações e decisões individuais, desconsiderando todo o contexto socioeconômico que perpassa a vida dos indivíduos e dessa forma, impulsiona a ideologia neoliberal ao desresponsabilizar o Estado pela inexistência das condições materiais necessárias para manutenção da própria vida, depositando nos sujeitos a responsabilidade de obter os meios para a sua subsistência onde o empreendedorismo é apresentado como sendo o caminho possível.

Assim, diante do contexto de desemprego e das condições precárias de trabalho tais discursos sustentam a reorganização produtiva por meio de um convencimento ideológico da cultura do trabalho, ressignificando o desemprego, os riscos do trabalho desprotegido de legislações trabalhistas e a informalidade. Com

isso, discursos sobre o empreendedorismo são dispositivos de eficácia ideológica, cujo controle funciona como uma autogestão, em que os trabalhadores passam cada vez mais a se submeterem à auto exploração.

Na conjuntura do Capitalismo de Plataformas, as plataformas digitais propiciam novas formas digitalizadas de organização do trabalho por meio dos “aplicativos” que se utilizam cada vez mais da força de trabalho sobrante, que, no entanto, é apresentada pelas plataformas como “trabalho autônomo”, configurando modalidades de trabalho que mascaram o trabalho assalariado (ANTUNES, 2023). Dessa forma, as plataformas digitais impulsionam ainda mais o modelo gerencialista mascarando as relações de trabalho ao colocar o trabalhador como autogestor e portanto, responsável pelo próprio sucesso e fracasso.

2. SERVIÇO SOCIAL, PRECARIZAÇÃO, TICS E MÍDIAS SOCIAIS

Neste capítulo abordaremos quais foram os impactos do processo de reestruturação produtiva sobre a intensificação da precarização do trabalho do(a) assistente social, bem como, os impactos ocasionados pelo incremento das TIC's e das mídias digitais no cotidiano de atuação dos assistentes sociais.

Conforme mencionado no capítulo anterior, com processo de reestruturação econômica e política do capital, frente à crise de 1970, têm-se como consequência a intensificação da precarização do trabalho com trabalhadores cada vez mais inseridos no mercado de trabalho por meio da informalidade, com mudanças na condição salarial; queda na qualidade do emprego e alterações na morfologia social do trabalho (ANTUNES,2014).

Desde esse período a questão social⁷ vem assumindo novas configurações e manifestações, devido ao impacto causado pelas transformações operadas no mundo do trabalho; em suas formas de organização, regulação e gestão, e com as redefinições no âmbito do Estado neoliberal e das políticas públicas. No caso do Brasil, onde há não somente a precarização do trabalho, mas a superexploração da classe trabalhadora devido o contexto sócio-histórico do capitalismo dependente,

⁷ Ver IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Nesse livro a autora aborda acerca da questão social, analisando como as transformações do capitalismo contemporâneo, especialmente sob a lógica do capital financeiro, impactam o trabalho e as expressões da questão social na atualidade

vivencia-se os influxos da crise de acumulação especialmente a partir dos anos 1990, com a contrarreforma do Estado e a efetivação das políticas neoliberais (RAICHELIS, 2011)

Nesse cenário, o Serviço Social se configura como uma especialização do trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Segundo Iamamoto (2009), a profissão reafirma a centralidade do trabalho na constituição dos sujeitos sociais, uma vez que seu significado se estabelece no processo de produção e reprodução das relações sociais. No entanto, no contexto da sociabilidade capitalista, esse significado é visto de forma negativa pela perspectiva neoliberal, por ser dissonante à essa perspectiva, portanto:

Assinala-se, nesse contexto, que os/as profissionais assistentes sociais se encontram inseridos/as nas contradições operantes na sociedade capitalista, em que as condições que determinam o trabalho do/a assistente social estão expressas na dinâmica e contradição da sociedade, no qual o exercício profissional torna-se polarizado a partir da relação entre capital/trabalho, bem como dos interesses sociais. Deste modo, o trabalho do/a assistente social tem atuação tanto no contexto de exploração e dominação capitalista, quanto, e, ao mesmo tempo, na expectativa de atender e dar respostas às necessidades das classes trabalhadoras, bem como da questão da sobrevivência e reprodução do antagonismo dos interesses sociais. (RODRIGUES e SOUSA, 2022 n.p)

Dessa forma, o/a assistente social adentra no mercado de trabalho sendo proprietário da sua força de trabalho especializada, transformada em mercadoria através do salário, mas a execução do trabalho só pode ser realizada se houver os meios e instrumentos necessários para atender às demandas apresentadas, porém, tais instrumentos não pertencem ao assistente social, sendo colocados à disposição pelos seus empregadores. É nesse ínterim que está posta o papel contraditório da profissão, que tem de atender às demandas constituídas pela instituição ao qual está vinculado e, ao mesmo tempo, responder às necessidades da classe trabalhadora.

Ademais, considerando que o/as profissionais de Serviço Social vendem sua força especializada de trabalho em troca de um salário constituindo, portanto, parte da classe trabalhadora, os mesmos também vivenciam o processo de precarização. Não só no cotidiano de atuação profissional ao lidar com as novas refrações da questão social ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva na vida dos usuários atendidos, mas também, vivenciam enquanto classe trabalhadora os impactos causados pela precarização/flexibilização no cotidiano do trabalho da categoria. Como elucidado por Raichelis (2009) :

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011 p.422)

Assim, com o agravamento da crise estrutural do capital, as Políticas Universais, base funcional-operacional da profissão, são apresentadas pelos neoliberais como responsáveis por propiciar o esvaziamento dos fundos públicos (MONTAÑO, 2004). Nesse contexto, a Constituição Brasileira de 1988 torna-se alvo de ataques, ao colocarem o orçamento destinado à Seguridade Social como responsáveis pela escassez do orçamento público. (ARAÚJO,2019)

Essa lógica neoliberal adotada pelo Estado compõe a nova estratégia hegemônica do grande capital de reestruturação produtiva, que visa acabar com a condição de direitos assegurada pelas Políticas Sociais e Assistenciais, atacando o seu caráter universalista e de solidariedade e responsabilidade social. Em seu lugar, “cria-se e valoriza-se a lógica de atividade filantrópica, voluntária ou um serviço comercializável” (ARAÚJO,2019). Conforme adverte Montanõ (2004):

Desta forma, o projeto neoliberal, que confecciona esta nova modalidade de resposta à “questão social”, quer acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com seu financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um). Cria-se, em substituição, uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferente segundo o poder aquisitivo de cada um. Tais respostas não constituem direito, mas uma atividade filantrópico/voluntária ou um serviço comercializável assim como a qualidade dos serviços responde ao poder de compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e descentralização, a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada à auto-ajuda e ajuda mútua. (MONTAÑO, 2004 n.p)

Portanto, as políticas sociais são retiradas paulatinamente do quadro de responsabilidades do Estado, na medida em que vão sendo privatizadas e transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil. Ocorre também, a focalização e descentralização dessas políticas ao serem direcionadas apenas aos setores portadores de carências pontuais, suprindo somente as necessidades básicas da população atendida (MONTAÑO,2004). No que tange à descentralização, esta ocorre de duas formas: pela transferência da responsabilidade dos órgãos federais para as

instâncias municipais e pela privatização, ao transferi-las para as organizações do chamado “terceiro setor” (ARAÚJO, 2019).

Assim, há uma precarização das políticas sociais e da assistência estatal, ao mesmo tempo, ocorre a transferência da responsabilidade do Estado para o próprio sujeito cabendo aos indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica “a responsabilidade pela satisfação dos seus carecimentos, ora vinculando-se à auto-ajuda e à ajuda mútua, ora adquirindo os serviços como mercadorias” (MONTAÑO, 2012, p. 190 apud ARAÚJO, 2019 p.7).

Como consequência, têm-se uma re-filantropização⁸ das respostas à “questão social” na medida em que amplos setores da população se encontraram descobertos pela precária assistência estatal, e que também não possuem condições de acesso aos serviços que ficaram sob gestão do setor privado, ficando à mercê da iniciativa de assistência das práticas voluntárias e filantrópicas da sociedade civil que compõem o terceiro setor, o que agrava a desigualdade no acesso aos direitos fundamentais (MONTAÑO, 2004).

Outro efeito relevante da reestruturação do capital é a criminalização da pobreza e a repressão aos movimentos sociais. O Estado brasileiro intensificou o controle e a violência institucional sobre populações vulneráveis, refletido no aumento do encarceramento em massa, especialmente da juventude negra e periférica. Políticas punitivas substituíram medidas voltadas à inclusão social, consolidando um modelo de gestão da pobreza baseado na repressão e no controle social (GRAMSCI, 2004; SAMPAIO; RODRIGUES, 2014).

Por tanto, os efeitos da reestruturação do capital no Brasil incidem diretamente nas expressões da questão social, na medida em que ocorre a precarização do trabalho e do desemprego; o desmonte das políticas públicas; a expansão da mercantilização dos serviços sociais; a criminalização da pobreza e o aprofundamento da desigualdade social.

Essas transformações rebateram no Serviço Social, visto que, de acordo com Montaño as Políticas Sociais constituem a base de sustentação funcional-operacional da profissão. Então, se há alterações significativas nas Políticas Sociais há na mesma

⁸ Ver IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998. Nesse livro, Iamamoto analisa o processo de re-filantropização da questão social, destacando como, no contexto neoliberal, há um esvaziamento do caráter público das políticas sociais e a transferência da responsabilidade estatal para o setor privado e organizações filantrópicas.

ponta transformações nas demandas, no campo de atuação e no vínculo empregatício da profissão de serviço social. Como aborda Raichelis (2009),

[...] os processos de re-estruturação produtiva atingem também o mercado de trabalho do assistente social, com a redução de postos governamentais, principalmente nos níveis federal e estadual, e a sua transferência para os municípios em virtude dos processos de descentralização e municipalização dos serviços públicos. Intensificam-se os processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2009 p. 450)

Portanto, as reformas gestadas pós-crise de 1970 afetam de forma expressiva a profissão. Para Montaño, o Estado neoliberal ao transferir os serviços de assistência social para o setor privado provoca gradualmente a perda do mercado de trabalho dos assistentes sociais, em detrimento do aumento das ações filantrópicas e voluntárias. Paralelamente, há um processo de desprofissionalização do atendimento social, visando a redução de “custos” dos serviços sociais e assistenciais, sob essa óptica, os assistentes sociais representam um “custo” que pode ser cortado para diminuição das despesas (ARAÚJO,2019). Assim, atrelado a todo esse processo de precarização, têm-se também uma redução dos postos de trabalho dos/as assistentes sociais, ocasionando no desemprego.

A atuação autônoma também reflete a informalidade e a precarização do trabalho na profissão. Essa modalidade de trabalho, frequentemente apresentada sob os termos “Assessoria, Consultoria e Prestação de Serviços”, é mais recorrente nas áreas de saúde, assistência social, trabalho, criança e adolescente e na produção científica (BAUMGRATZ e RIBEIRO, 2009). Sobre essa modalidade de trabalho, cabe enfatizar que conforme esclarece Maurílio Matos (2006), os assistentes sociais são requisitados para prestarem serviços de consultoria/assessoria para criação de políticas sociais, serviços sociais, trabalhos educativos para a população dentre outros. Essa demanda decorre do sólido arcabouço teórico que esses profissionais possuem sobre políticas sociais e mobilização social. Entretanto, o autor alerta que esse conhecimento pode ser instrumentalizado para atender a diferentes interesses, tornando essencial refletir a quem essas assessorias e consultorias têm servido e quais segmentos sociais têm sido fortalecidos por essa atuação, principalmente dentro do contexto de precarização da profissão e desmonte das políticas sociais.

Conforme o levantamento realizado pela Seccional de Juiz de Fora CRESS-6^a Região, entre abril e dezembro de 2000, identificou a presença de 23 assistentes sociais atuando de forma autônoma em Juiz de Fora. Dentre eles, 52,2% trabalhavam exclusivamente como prestadores de serviços, sem vínculo empregatício, enquanto 47,8% conciliavam essa atividade com um emprego formal, demonstrando o duplo emprego como estratégia para complementar a renda. Além disso, constatou-se que 39,1% haviam concluído a graduação há no máximo cinco anos, evidenciando os impactos das transformações no mundo do trabalho sobre o campo profissional dos assistentes sociais. Apesar de receberem remunerações relativamente compatíveis com as do mercado formal, a maioria desses profissionais, em início de carreira, enfrenta a ausência de direitos trabalhistas essenciais, como férias, 13º salário, FGTS e previdência social (BAUMGRATZ e RIBEIRO, 2009).

O levantamento⁹ mais recente sobre o perfil dos assistentes sociais, conduzido pelo CFESS e publicado em 2022, identificou aproximadamente 321 profissionais atuando de forma autônoma. A pesquisa contou com a participação de 44.212 assistentes sociais, o que representava, naquele período, 25,04% do total de 176.524 profissionais com inscrição ativa. Embora esse percentual seja significativo, ele ainda não reflete plenamente a realidade do trabalho autônomo no Serviço Social no Brasil.

Apesar da crescente produção acadêmica e do debate sobre a expansão desse tipo de atuação, ainda há uma carência de estudos que quantifiquem e analisem de forma aprofundada o crescimento do trabalho autônomo na profissão. A ausência de dados mais precisos compromete a compreensão dos desafios enfrentados por esses profissionais, como a precarização das condições de trabalho, a insegurança financeira e a falta de regulamentação específica para essa modalidade. Esse cenário evidencia a necessidade de novas pesquisas que não apenas mensurem esse fenômeno, mas também discutam seus impactos na categoria e na garantia dos direitos sociais.

Como se não bastasse as péssimas condições de inserção nos postos de trabalho, o Serviço Social é uma profissão que não possui piso salarial nacional definido por lei. Tramita no congresso o Projeto de Lei 1827/2019, que cria o piso

⁹ Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). *Perfil das/os Assistentes Sociais no Brasil – 7^a edição*. Brasília, 2022. O estudo realizado pelo CFESS apresenta um panorama detalhado sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, abordando aspectos como formação, mercado de trabalho, vínculo empregatício e condições laborais.

salarial para assistentes sociais com jornada de trinta horas semanais, entretanto, apesar de finalmente ter sido aprovado somente no ano de 2024, o projeto ainda passará por análises pelas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania sem previsão para a sua efetivação. Assim, os/as profissionais da categoria estão expostos a salários humilhantes e insuficientes para a satisfação das necessidades, de modo que, o/as assistentes sociais acabam por se submeterem a outra atividade remunerada com dupla jornada de trabalho para complementar a renda não garantida.

No que tange à Lei Federal 12.317 que diz respeito à carga horária de trinta horas semanais sem redução salarial, apesar de ter sido promulgada no ano de 2010, a categoria ainda encontra desafios quanto a sua implementação a níveis estadual e municipal já que a sua aplicabilidade ainda é questionada pelos órgãos públicos.

No que concerne à formação profissional, essa também vivencia o processo de precarização. Com a reforma do Estado, que se dá no governo FHC, a universidade passa a ocupar o âmbito dos serviços não exclusivos do Estado, como consequência, a educação deixa de ser concebida como um direito e passou a ser considerada como um serviço que pode ser privado ou privatizado (CHAUI,2013), assim, a atual configuração do ensino visa converter a universidade de “Instituição social” para “organização social”. De acordo com Marilena Chaui (2013), a universidade, enquanto instituição social, reflete de maneira diferenciada a estrutura e o funcionamento da sociedade, possuindo um compromisso intrínseco com a formação crítica, a produção de conhecimento e a promoção da cidadania. Entretanto, as reformas do Estado têm redefinido a universidade como uma organização social, enfatizando aspectos gerenciais e produtivistas, como contratos de gestão, avaliações baseadas em produtividade, flexibilidade curricular e redução do tempo de formação. Essa mudança de enfoque transforma a docência em mera transmissão de conhecimentos e a pesquisa em atividade operacional, distanciando a universidade de seu papel formativo e crítico na sociedade. Assim, conforme Chaui:

A visão organizacional da universidade produziu aquilo que, segundo Freitag (*Le naufrage de l'université*), podemos denominar como *universidade operacional*. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a

exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. (CHAUI, 2003 p.7)

No que diz respeito à formação profissional dos assistentes sociais no Brasil, cabe destacar três diretrizes adotadas pelo governo Lula. Em primeiro lugar, o financiamento público do ensino superior privado e a significativa ampliação de vagas por meio de programas como Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Além disso, observa-se o crescimento do número de estudantes e a expansão do ensino à distância. Por fim, merece atenção o sistema de avaliação, que inclui o Sinaes e a avaliação trienal realizada pela Capes¹⁰ (GUERRA,2010).

Sobre o Programa Universidade Para Todos (Prouni)¹¹ e o programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹², ocorre a ampliação do número de vagas sem a garantia da infraestrutura necessária e em certos casos, essa expansão ocorre sem a realização de concursos públicos para a contratação de docentes e servidores técnico-administrativos resultando em desafios significativos. Entre os principais problemas enfrentados estão as salas de aula superlotadas, falta de espaço físico apropriado e de mobiliário para os alunos, aumento da carga horária dos docentes e a intensificação da exploração de sua força de trabalho. Além disso, há uma preocupação excessiva com o cumprimento de metas de produtividade em detrimento da qualidade do ensino (GUERRA,2010).

No que tange aos cursos de ensino a distância, esses não se destacam negativamente apenas pela utilização das novas tecnologias e pelo uso de materiais de má qualidade, mas principalmente pela lógica de precarização e mercantilização do ensino superior, onde as universidades têm se tornado em “fábricas de diplomas”

¹⁰ Criada em 1951, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil, responsável por avaliar a pós graduação stricto sensu no país.

¹¹ Criado em 2004, o PROUNI oferece bolsas em instituições privadas para ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda. Contudo, sob uma perspectiva crítica, o programa é visto como uma transferência de recursos públicos para o setor privado, incentivando a mercantilização da educação. Isso pode enfraquecer a educação pública, já que o foco é no ensino superior privado, em vez de investir no fortalecimento das universidades públicas.

¹² Criado em 2007, o REUNI visou ampliar o acesso e a permanência dos estudantes nas universidades federais. Entretanto, o programa tem priorizado a quantidade em detrimento da qualidade, ao expandir o número de vagas sem o devido aumento de recursos e infraestrutura.

sem preocupações com a qualidade do ensino. Obviamente, esse contexto compromete o perfil profissional desejado, confrontando os princípios básicos da formação dos assistentes sociais como: qualidade, rigorosidade, publicidade e gratuidade (GUERRA,2010).

A precarização do ensino também impacta o cotidiano dos assistentes sociais que atuam na docência, conforme elucidado por Guerra:

O trabalho docente em instituições privadas tem como características os contratos temporários, a insegurança, a instabilidade, a rotatividade, o assédio moral por parte de patrões e até de alunos, a redução dos encargos trabalhistas, a desresponsabilização dos empregadores pelo pagamento dos direitos trabalhistas, a exemplo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a ausência da contribuição previdenciária, do décimo terceiro salário e das férias. Ainda mais, de um modo geral, o valor da remuneração do trabalho pago aos professores não leva em conta as titulações acadêmicas, nivelando-os por baixo, tudo com amparo legal (GUERRA,2010 p.728)

Quanto aos métodos de avaliação do ensino superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) avalia as instituições de ensino superior, os cursos de graduação e o desempenho dos estudantes. Além de ser um requisito para que os cursos obtenham credenciamento, autorização e reconhecimento, também realiza a análise do desempenho dos alunos por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). No entanto, o SINAES tem atuado como um mecanismo que reforça a lógica de mercantilização da educação. Isso ocorre ao adotar critérios de avaliação centrados em aspectos gerenciais e produtivistas, como a infraestrutura das instituições, a taxa de empregabilidade dos egressos e a titulação do corpo docente, desconsiderando fatores mais qualitativos, como a formação crítica e o compromisso social das universidades. A ênfase na avaliação quantitativa gera uma pressão para que as universidades adotem práticas de ensino voltadas para a produtividade e a competitividade, em detrimento de sua função educativa mais ampla e transformadora. Assim, o Sinaes realiza o papel de regular e adequar o ensino superior às diretrizes estabelecidas pelos organismos internacionais, com forte ênfase em critérios quantitativos e competitivos entre as instituições (GUERRA,2010).

Em relação à avaliação quadrienal realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), essa é excessivamente focada em indicadores quantitativos, como o número de publicações em periódicos de alto impacto e a titulação do corpo docente. O que ocasiona na desvalorização dos aspectos qualitativos de significância, a relevância social das pesquisas e a formação

crítica dos estudantes. Além disso, a ênfase na produtividade acadêmica compõe a adoção de uma lógica produtivista, pressionando os programas a priorizarem a quantidade em detrimento da qualidade das pesquisas (GUERRA,2010).

Diante dos elementos expostos, a autora Iamamoto (2010) enfatiza que a expansão acelerada e precarizada da formação universitária, principalmente na modalidade de Educação a Distância (EAD), pode ocasionar no crescimento desmesurado do contingente profissional dos assistentes sociais, acarretando no aumento do desemprego nessa área, pressionando o piso salarial, aguçando a insegurança do trabalho e contribuindo para um processo de despolitização da categoria.

Nesse sentido, Boschetti (2015) aponta a mercantilização do ensino superior como um dos traços do conservadorismo, na medida em que ocorre a expansão acelerada do ensino e a adaptação da formação acadêmica às exigências do mercado, em detrimento de uma educação crítica e abrangente, comprometida com a transformação social e a compreensão da realidade em sua totalidade. Além disso, a formação precarizada possui elementos conservadores na medida em que prioriza o pragmatismo na atuação profissional e a ênfase no tecnicismo em detrimento da análise crítica.

Todo esse cenário propicia o contexto oportuno para o crescimento do assédio moral no projeto neoliberal, com uma violência que visa impedir a solidariedade e a articulação entre a categoria (RODRIGUES e SOUSA,2022). Para Vicente (2015) essa violência contra os/as trabalhadores/as configura enquanto um método de precarização do trabalho que visa à destruição da autoestima dos/as trabalhadores/as. No caso dos/as assistentes sociais, essa violência compromete a essência da profissão, buscando silenciar, inibir questionamentos, impedir denúncias e a reivindicação de direitos. Em situações extremas, esse processo pode levar o/a profissional a solicitar transferência ou até mesmo optar pela demissão.

Assim, as metamorfoses no mundo do trabalho, incidem no mercado de trabalho do Serviço Social, bem como, no exercício profissional dos/as assistentes sociais dado o contexto de degradação laboral e precarização das condições de trabalho. Essas mudanças impactam não só a realidade material dos trabalhadores, mas também suas relações sociais, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Ademais, a fragilização dos sistemas públicos de proteção social, principal espaço institucional de atuação dos/as assistentes sociais, agrava ainda mais esse cenário,

restringindo o acesso a direitos, intensificando a sobrecarga de trabalho, reduzindo investimentos em políticas sociais e ampliando as exigências por maior produtividade sob condições adversas (RAICHELIS, 2020).

Na conjuntura da pandemia da COVID-19 que assolou todo o globo com a crise sanitária responsável por desnudar a forma como o capitalismo vem respondendo às suas crises desde os anos 1970, agravam-se ainda mais os processos de precarização do trabalho. O quadro da pandemia traz novos elementos, “atingindo o núcleo das atribuições e competências profissionais e desencadeando inúmeras pressões e tensões aos(as) assistentes sociais nos diferentes espaços de trabalho” (RAICHELIS,2020 p.143).

Devido às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) de isolamento e distanciamento social como medida de enfrentamento à disseminação do vírus, as atividades cotidianas foram paralisadas. Isso fez com que o sistema capitalista necessitasse de reconfigurações mais uma vez, atingindo obviamente a classe trabalhadora. No que tange ao Serviço Social, no contexto pandêmico impõe-se o desafio de pensar quais atividades laborais poderiam ser interrompidas ou prestadas sem a presença física dos trabalhadores, devido ao isolamento social, dessa forma o teletrabalho é implementado na tentativa de viabilizar a atenção social à uma parcela da população usuária, mas ao mesmo tempo, ampliou as jornadas de trabalho sem aumento nos salários e intensificou a dissolução das fronteiras entre os espaços de vida e de trabalho dos assistentes sociais.

Logo, ocorre com a introdução de novos elementos como a coexistência do trabalho presencial e o trabalho remoto no domicílio; a ampliação das jornadas de trabalho sem aumento salarial e alterações na forma de organização e gestão das atividades laborativas. Assim, para Raichelis:

No trabalho de assistentes sociais pré-pandemia, já era possível observar essa tendência, que agora se torna mais visível e generalizada,introduzindo novos elementos a serem problematizados: convivência de trabalho presencial e trabalho remoto no domicílio, sem alteração dos contratos de trabalho; ampliação das jornadas de trabalho sem contrapartidas às(as) trabalhadoras(es); alterações significativas no conteúdo do trabalho em função de novos processos, organização e gestão das atividades. Tal situação não apenas incorpora novas estratégias de organização e processamento do trabalho, orientadas por uma racionalidade gerencialista-produtivista e guiadas pela razão instrumental, como também (re)configura a natureza do trabalho profissional e seus modos de ser nos diferentes espaços ocupacionais em que se inserem assistentes sociais, dinâmica nem sempre acompanhada de reflexão crítica sobre seus possíveis impactos. (RAICHELIS, 2022 p.10)

Conforme elucidado pela autora, o processo de incremento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais antecede o período pandêmico, entretanto, é no contexto pandêmico que o teletrabalho e/ou trabalho remoto ganha maior relevância e torna-se generalizado como o “novo normal”. Com a intensa incorporação das TIC's no cotidiano laboral intensifica-se o processo exploratório e de precarização do trabalho, pois, o trabalho remoto, apoiado nas TIC's, realiza-se em espaços inadequados e transfere os custos de manutenção do trabalho aos próprios trabalhadores, como os custos com energia elétrica, internet ,aparelhos eletrônicos, manutenção dos equipamentos e etc. Além disso, a sobrecarga do trabalho remoto incide sob as mulheres, afinal, na divisão sexual do trabalho, são elas as responsáveis pelos cuidados com seus familiares e pela manutenção de seus lares, sofrendo maior invasão do tempo de trabalho na vida privada (RAICHELIS, 2022).

Portanto, a questão a ser pensada é sobre a intensificação do processo de precarização das relações de trabalho expressa no aumento da jornada de trabalho no contexto da inserção do uso das TIC's e a implementação do trabalho em *home office*, além disso, há um impacto profundo na natureza do trabalho profissional, que se materializa por meio da relação presencial, no diálogo contínuo e na dimensão político-pedagógica estabelecida entre os/as assistentes sociais e os sujeitos que são beneficiários de seus serviço (RAICHELIS,2022). Como por exemplo, a realização de reuniões remotas, sem a necessidade do contato presencial entre os assistentes sociais e a equipe de trabalho e os usuários, fragilizando os vínculos, além da insegurança na segurança das informações produzidas de forma on-line de forma que possa comprometer o sigilo resguardado pelo Código de Ética da profissão. (MONTEIRO,2022)

Assim, essa nova modalidade de trabalho introduzida no campo da profissão requer uma reflexão crítica sobre as transformações ocasionadas no mundo do trabalho, bem como, a nova morfologia do trabalho profissional no capitalismo de plataformas, buscando apreender o significado das tecnologias em seu contexto histórico reconhecendo suas potencialidades, limites e contradições que podem colocar em risco os valores éticos e os compromissos históricos da profissão de Serviço Social para com a classe trabalhadora. (RAICHELIS,2022)

2.1 O INCREMENTO DAS TIC'S NO SERVIÇO SOCIAL

Conforme elucidado anteriormente, a partir da década de 1970 com a reestruturação produtiva do capital, expandiram-se amplamente modelos flexíveis de organização e gestão da produção e do consumo, inicialmente adotados pelas fábricas da Toyota. Esse novo modelo produtivo foi acompanhado pelo avanço das tecnologias da informação e automação, que desempenharam um papel central no controle do trabalho, permitindo a intensificação da vigilância, da mensuração da produtividade e da adaptação rápida às demandas do mercado (ANTUNES, 2018). Paralelamente, consolidou-se uma racionalidade neoliberal, acompanhada pela criação de normas, instituições e mecanismos que reforçam a subordinação do trabalho ao capital, garantindo uma nova fase de acumulação capitalista.

Nesse cenário de reconfiguração das relações laborais, o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) possibilitou o surgimento de novas formas de trabalho, tanto dentro quanto fora das fábricas, permitindo que a atividade produtiva ocorra a qualquer momento e em qualquer lugar por meio das plataformas e dispositivos digitais (VALENTE, 2021). Essas plataformas estruturam novas dinâmicas organizacionais, caracterizando o que se denomina "trabalho digital". Dessa forma, a digitalização do trabalho não apenas flexibiliza ainda mais as relações produtivas, como também intensifica os mecanismos de controle e subordinação do trabalhador às lógicas do capital, aprofundando a precarização já instaurada no contexto neoliberal.

O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação impactam não só o cenário de trabalho e as atividades laborais em si, mas geraram impactos profundos nas relações humanas e na vida cotidiana. As estruturas das TIC's possibilitam conexões entre todo o globo terrestre, desde que se tenha os dispositivos necessários para a comunicação virtual, gerando compressão entre o espaço-tempo (Harvey 2009 apud Dias et al., 2022). Essa compressão ocorre na medida em que, no espaço virtual, não existem fronteiras físicas para produção, distribuição, consumo e oferta de serviços, em escala geográfica mundial. Na atualidade a noção de tempo é imediata, no "agora" do mundo virtual, os períodos entre a identificação de uma demanda e a tomada de decisão pelos conglomerados econômicos são encurtados (DIAS et al., 2022).

O impacto do uso da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no nosso cotidiano se dá das mais variadas formas. A conectividade constante afeta as dinâmicas das interações interpessoais e influencia a forma como os indivíduos, grupos e classes sociais estruturam seu pensamento. Além disso, questões relacionadas à privacidade, transparência, controle de dados e a exploração comercial e política das informações pessoais também emergem como desafios e consequências centrais, afinal, no mundo digitalizado, não há controle e transparência sobre os dados compartilhados pelos indivíduos, as informações correm e são comercializadas 24 horas em qualquer lugar do globo. O uso intensivo dessas tecnologias afeta ainda os processos eleitorais e as bases da democracia, além de reconfigurar as relações produtivas e a estrutura do mundo do trabalho (DIAS et al.,2022)

Portanto, compreendemos que o uso das TIC's se insere no cotidiano das relações de produção e reprodução social. Conforme colocado por Álvaro Vieira Pinto (2005) a comunicação e as tecnologias estão intrinsecamente ligadas aos processos produtivos enquanto categorias constituintes dos processos sociais, e dessa forma, faz-se necessário analisar a tecnologia a partir de sua base material. Conforme elucidado por Veloso:

As ideias difundidas sobre as inovações tecnológicas valorizam as alterações por elas exercidas nas condições de vida e de trabalho, exaltando um pretenso papel de transformação do mundo. São ideias que fazem crer que a criação das máquinas por si só causa alterações nas formas de convivência social, buscando reproduzir um conteúdo ideológico que prima pelo ocultamento do processo social, e levando a pensar que as maravilhas mecânicas, eletrônicas e microeletrônicas nascem diretamente das ideias, sem criadores humanos, concretos, os quais vivem em um modo particular de organização social. Assim, faz-se necessário atentar para a base social em que as inovações tecnologias são produzidas [...] (VELOSO,2010 p.519)

Sendo assim, é necessário considerar que todo o avanço tecnológico está atrelado ao desenvolvimento das forças produtivas em uma sociedade de classes, como é a sociedade capitalista. E ainda, são os homens que criaram a tecnologia a partir do trabalho humano, nesse contexto, as tecnologias atuam como um meio de interação entre o ser humano e a natureza, devendo atender às suas necessidades, e não o contrário. No entanto, é fundamental reconhecer que seu desenvolvimento não se limita apenas a aspectos técnicos, pois está inserido em um cenário marcado pela luta de classes. Isso significa que a tecnologia não é neutra, uma vez que suas aplicações e impactos são determinados pelas relações sociais que a estruturam.

Portanto, é essencial considerar como essas relações influenciam o uso das tecnologias no desenvolvimento econômico e social (DIAS, et.al,2022). Conforme esclarece Veloso:

Ao invés de pensar a técnica como esmagadora do homem, parece ser mais adequado atribuir visibilidade à estrutura social que permite e justifica a perpetração dos resultados decorrentes de uma determinada forma de aplicação das inovações tecnológicas. O problema não está na tecnologia em si, mas no uso social que se faz dela. Esse entendimento considera a incidência de um determinado padrão de organização das relações sociais que absorve as inovações tecnológicas no sentido de alcançar as finalidades e projetos hegemônicos nesse tipo de sociedade. Volta-se a análise, portanto, para a estrutura da sociedade em que a tecnologia é concebida, produzida e utilizada, atentando para as características do atual padrão de relações sociais em que ocorre seu uso social (VELOSO, 2010, p.519).

Em suma, as TIC's emergem no processo contraditório de reprodução das relações capitalistas, configurando-se como um campo de disputa. Embora sejam amplamente utilizadas para fortalecer os interesses do capital, sua apropriação social não é neutra, podendo também servir como ferramenta de resistência e transformação. Como destaca Veloso (2011, p. 23), “pode-se sugerir que este recurso pode ser utilizado tanto para conservar e reproduzir aspectos do modo de organização capitalista quanto para buscar negá-los e superá-los.” Diante disso, é essencial refletir criticamente sobre os impactos dessas tecnologias no cotidiano laboral, especialmente para os/as trabalhadores/as que dependem delas em suas atividades. No caso dos/as assistentes sociais, essa interface pode tanto reforçar o projeto hegemônico quanto abrir possibilidades para sua contestação, exigindo uma análise aprofundada sobre seus efeitos nas dinâmicas do trabalho e nas relações sociais.

Os/as profissionais do Serviço Social estão, em sua maioria, inseridos no âmbito das políticas públicas, tendo o Estado como principal empregador. Desde a década de 1990, no entanto, a chamada "racionalidade neoliberal" tem promovido uma reestruturação do Estado, aproximando sua gestão dos princípios do setor privado e alterando a própria natureza da ação pública. A incorporação de critérios como eficiência, produtividade e eficácia na formulação e implementação das políticas sociais reflete a lógica do "Estado Gerencial", que, ao privilegiar tais diretrizes, acaba por transformar profundamente o papel do Estado. Como apontam Dardot e Laval (2016, p. 274 apud Dias et.al, 2022 n.p), a lógica do gerencialismo cria uma "mutação [...] que subverte os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão".

No que tange ao gerencialismo, esse se apresenta como um método que destaca o aspecto técnico com um conjunto de técnicas supostamente neutras, capazes de tornar o Estado mais eficiente, obviamente, essa “eficiência” do Estado também não é neutra, diz respeito a eficiência perante a racionalidade neoliberal. A lógica gerencialista permitiu a reestruturação neoliberal do Estado, na medida em que, a partir da retóricas da inovação, da luta contra os “desperdícios”, “abusos” e combate aos “privilegios” se oculta a intensificação do controle político em todo o setor público, a redução do financiamento, a supressão dos agentes públicos e da autonomia de determinadas profissões (DIAS, et.al, 2022)

Nesse sentido, cabe analisar a conexão da lógica gerencialista com a implantação das Tecnologias de Informação e Comunicação na operação das políticas públicas. Conforme apresentado por Dardot e Laval:

Para Dardot e Laval (2016, p. 314), a mensuração do desempenho tornou-se a “tecnologia elementar das relações de poder nos serviços públicos, uma verdadeira ‘obsessão pelo controle’ dos agentes, uma fonte de burocratização e inflação normativa consideráveis”. Indicadores de desempenho da política, avaliação de resultados e impactos; ênfase no controle do desempenho do agente público tomado como indivíduo “que fará seu interesse particular passar à frente do interesse geral” – a lógica gerencial ou gerencialista preocupar-se-á com a definição de meios para controle desses agentes, a mensuração do seu desempenho e produtividade (DIAS, et.al. 2022 n.p)

Nesse cenário, a funcionalidade das TIC's torna-se evidente. A partir de um levantamento exploratório realizado por uma pesquisa¹³, foram coletados depoimentos de profissionais da categoria que destacaram a utilização do aplicativo *WhatsApp* enquanto prática profissional. Onde a pressão por eficiência, característica presente na lógica gerencialista, impõe aos/as profissionais o custeio de sua própria internet móvel e de seus *smartphones*, sendo uma prática impulsionada pelas chefias em alguns espaços institucionais, conjugando o controle do desempenho com a precarização das condições de trabalho (DIAS, et.al. 2022)

O uso crescente desse aplicativo demonstra que ele já se estabelece como uma tecnologia mediadora na interação com os usuários. No entanto, ainda não está

¹³ Trecho baseado no estudo de Dias Junior, Ubiratan de Souza; Santos, Clenivalda França dos; Vieira, Nuria Pardillos; Freitas, Maria Joelma Libório de Lima. *Informação, conhecimento e poder: notas sobre a incorporação das TICs no trabalho de assistentes sociais*. XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. O artigo analisa o impacto do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no trabalho de assistentes sociais, com base em uma pesquisa realizada em 2019, que investigou como essas tecnologias influenciam as relações profissionais, a mediação com os usuários e as condições de trabalho, evidenciando desafios como a intensificação da cobrança por respostas imediatas e a precarização do trabalho

totalmente claro até que ponto, e de que maneira as atividades do dia a dia estão sendo ressignificadas, assim como os possíveis impactos na relação entre profissionais e usuários, tendo em vista que é um processo que ainda está em curso. Alguns profissionais entrevistados na pesquisa relatam que observaram um aumento na pressão por parte dos usuários, que passam a exigir respostas imediatas para suas dúvidas ou até mesmo para demandas específicas. Os profissionais associam essa pressão, em parte, ao próprio uso do *WhatsApp*, uma ferramenta eletrônica desenvolvida para facilitar a comunicação instantânea entre os interlocutores. Sua funcionalidade permite visualizar o momento em que a mensagem foi recebida, o que tende a aumentar a expectativa dos usuários por respostas rápidas (DIAS, et.al. 2022)

Além disso, essa ferramenta permite que os/as profissionais sejam requisitados em qualquer momento, inclusive fora do ambiente e horário de trabalho, de acordo com os/as profissionais entrevistados essa prática tem-se tornado recorrente. De acordo com Jonas Valente (2021) trata-se de um papel efetivamente desempenhado pelas TICs, que permite que a atividade produtiva seja realizada em qualquer lugar e a qualquer momento, por meio dos dispositivos digitais.

Segundo Ubiratan Dias et.al (2022), o uso do smartphone pessoal para registros fotográficos e de áudio em atividades profissionais, como reuniões e assembleias com moradores ou usuários, tornou-se uma prática comum. Em muitos casos, o registro e a comprovação da realização da ação passam a ter mais importância do que a avaliação qualitativa da atividade em si.

Os autores ainda destacam que, nas áreas de habitação, assistência social e sociojurídica, a terceirização da atuação profissional frequentemente condiciona o pagamento dos serviços à entrega de inúmeros relatórios detalhados, contendo dados quantitativos e comprovante de realização das atividades. As tecnologias digitais retratadas facilitam esse processo e permitem inclusive, a inserção de fotos e vídeos e agilizando o envio dessas informações por meio eletrônico para os contratantes.

Dessa forma, a atual rotina dos assistentes sociais evidencia como a terceirização e a lógica gerencialista influenciam o controle sobre o trabalho desses profissionais, intensificando a exigência por comprovações formais em detrimento da autonomia e da qualidade da intervenção social (DIAS, et.al. 2022)

Outro exemplo apresentado por Ubiratan Dias et.al. (2022) em que é possível verificar a lógica gerencialista sob o trabalho dos assistentes sociais no campo da Política de Assistência Social, no atendimento à população em situação de rua, as

abordagens realizadas pelos serviços são contabilizadas e verificadas por número de CPF registrados no sistema, em detrimento da avaliação das inúmeras abordagens realizadas no mês com cada usuário. Ocorre que, dessa forma o trabalho social desenvolvido durante o mês é esvaziado na medida em que é quantificado como forma de controle do trabalho, o que importa perante a lógica gerencialista não é a qualidade do serviço oferecido, mas a quantidade de usuários atendidos.

É importante destacar, que a intervenção do/a assistente social possui uma dimensão qualitativa, expressa no componente socioeducativo da prática profissional, cabe então, a problematização da mensuração da intervenção por meio de métodos quantitativos, uma vez que os resultados socioeducativos não são isoláveis e não podem ser mensurados apenas por números, como quantidade de atendimentos realizados, de reuniões, de cadastros, CPF e etc. O processo socioeducativo é construído processualmente em interações participativas com os usuários, o resultado e o impacto das reuniões realizadas, oficinas temáticas e atendimentos individuais só pode ser percebido e analisado à longo prazo, e dessa forma, não podem ser reduzidos a uma mera análise quantificativa (DIAS, et.al, 2022)

Ademais, esse tipo de controle reduz substancialmente a autonomia do/as assistentes sociais. A fragmentação do trabalho em tarefas simples reflete a adequação à lógica gerencialista, tornando o trabalho cada vez mais fácil de ser mensurado e controlado, além disso, ao dividir as funções em etapas específicas, crie-se um ambiente propício para a formulação de manuais e modelos padronizados de atuação, nos quais se espera que o profissional siga procedimentos previamente estabelecidos. Esse processo reduz a autonomia relativa do assistente social, restringindo sua capacidade de tomada de decisão, ao restringir sua capacidade de avaliar criticamente cada situação e adotar estratégias de intervenção adequadas a cada demanda apresentada pelos usuários (DIAS, et.al, 2022)

A incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ao cotidiano de trabalho dos assistentes sociais evidencia seu papel dentro da lógica gerencialista, atuando como um mecanismo de controle e intensificação da exploração do trabalho. Como aponta Renato Veloso (2011, p. 24), o uso social das TICs “constitui-se como objeto de disputa, o que coloca a possibilidade histórica de incorporá-la numa perspectiva de reforço dos valores éticos-políticos presentes no projeto profissional”. No entanto, essa disputa ocorre em um terreno profundamente desigual, pois o controle sobre o desenvolvimento, a implementação e a

funcionalidade dessas tecnologias estão nas mãos dos interesses hegemônicos do capital.

Nesse sentido, os assistentes sociais não possuem total domínio sobre as TICs que lhes são impostas no ambiente de trabalho, sendo compelidos a utilizá-las dentro de uma lógica produtivista que prioriza a quantificação do trabalho em detrimento da sua dimensão qualitativa e reflexiva. Além disso, a rápida transformação dessas tecnologias dificulta a resistência organizada contra sua instrumentalização a serviço da acumulação capitalista. Inseridos em um contexto de crescente precarização, esses profissionais têm sua capacidade crítica progressivamente absorvida pelo ritmo acelerado das exigências institucionais, tornando-se cada vez mais condicionados a um aparato tecnológico que reforça a intensificação do controle sobre sua atuação e limita sua autonomia profissional.

Embora as TICs estejam inseridas na lógica gerencialista e sirvam predominantemente aos interesses do capital, é importante reconhecer seu potencial contraditório. Essas tecnologias também possibilitaram transformações positivas no cotidiano dos assistentes sociais, sendo utilizadas como instrumentos que facilitam a sistematização de dados, a gestão de serviços e a ampliação do acesso à informação para a população usuária. No entanto, conforme discutido anteriormente, a ausência de controle sobre seu desenvolvimento e a velocidade com que se modificam dificultam a apropriação crítica dessas ferramentas pelos profissionais.

O desafio, portanto, não está apenas no uso das TICs, mas na capacidade de compreendê-las para além de sua funcionalidade técnica, questionando os interesses que orientam sua aplicação e os impactos que geram tanto no trabalho profissional quanto no atendimento à população. Sem essa reflexão crítica, corre-se o risco de que essas tecnologias reforcem ainda mais a lógica produtivista e de controle, ao invés de serem instrumentalizadas para fortalecer a autonomia profissional e a luta pela garantia de direitos sociais.

Ademais, de acordo com os relatos dos profissionais entrevistados pela pesquisa de Ubiratan Dias et,al (2022) para a grande maioria dos/as entrevistados não se identifica a utilização das TICs no sentido de ampliação do acesso aos direitos, essa percepção pode estar vinculada ao fato de que, cada vez mais, o acesso aos benefícios sociais são operacionalizados por meio das tecnologias digitais, dificultando o acesso à população usuária que enfrentam dificuldades de conectividade à internet ou de manuseio dos dispositivos digitais. Essa realidade

compromete o alcance efetivo das políticas sociais, criando novas barreiras no lugar de ampliar o acesso aos direitos. Soma-se a isso a falta de transparência nos critérios adotados pelos sistemas automatizados para aprovar ou não os requerimentos da população aos benefícios ofertados. Sendo assim:

Sendo a política social subordinada à política econômica, interfere diretamente na qualidade dos serviços sociais prestados à população, tanto quanto, nas condições de trabalho dos profissionais que nelas atuam. Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho coletivo, não é de se estranhar que tais configurações no campo da política social repercutam em seu exercício profissional. Exigindo dos/das assistentes sociais uma competência teórico-política e técnico-operativa alinhada os pressupostos do Projeto ético-político profissional buscando desenvolver uma intervenção combativa frente às imposições conservadoras, arbitrárias e autoritárias no exercício profissional, reafirmando cotidianamente, a direção social hegemônica assumida pela profissão. (LINS, 2022 n.p)

Portanto, é fundamental ter cautela ao considerar a incorporação das TICs no cotidiano profissional dos assistentes sociais, especialmente no que se refere ao uso das mídias sociais como ferramenta estratégica para a otimização, publicização e comercialização do trabalho. As redes sociais têm se consolidado como um espaço que permite a venda de serviços e produtos, configurando novas formas de mercantilização da força de trabalho especializada. Nesse contexto, muitos assistentes sociais oferecem consultorias, mentorias e atendimentos personalizados para outros profissionais da área, reforçando um movimento que se alinha diretamente ao discurso do empreendedorismo digital (LINS,2022)

Essa dinâmica está intrinsecamente relacionada à lógica neoliberal, na qual a experiência profissional é transformada em mercadoria e a noção de trabalho autônomo é exaltada como sinônimo de liberdade e inovação (LINS,2022). No entanto, essa suposta autonomia mascara o processo de precarização e individualização das condições laborais, distanciando os profissionais das lutas coletivas por melhores condições de trabalho e pela efetivação dos direitos sociais. Diante desse cenário, torna-se imprescindível problematizar essas transformações e seus impactos na profissão, questionando se essas novas formas de atuação contribuem para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social ou se acabam reforçando a lógica do mercado em detrimento do compromisso com a classe trabalhadora.

3. SERVIÇO SOCIAL NO INSTAGRAM: A INFLUÊNCIA DO DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo, realizamos a síntese entre os conteúdos apresentados nos capítulos anteriores com a ilustração dos conteúdos publicados em dois perfis do Instagram de assistentes sociais que ofertam cursos e mentorias para outros profissionais da categoria, com enfoque no empreendedorismo e no trabalho autônomo. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é demonstrar e identificar como o discurso do empreendedorismo atrelado à ideologia neoliberal está presente em alguns segmentos da categoria profissional vinculados às plataformas digitais.

A seleção dos perfis ocorreu por meio de amostragem intencional, considerando sua relevância na plataforma. Os critérios adotados para essa escolha incluem o número de seguidores e o discurso ideológico propagado, evidenciado pelo uso recorrente dos termos “empreendedorismo social” e “serviço social autônomo”. A identificação desses perfis foi possível através da própria conta pessoal na plataforma Instagram, onde consumo conteúdos relacionados ao Serviço Social, e esses perfis apareciam com certa frequência.

A investigação foi conduzida de forma online, diretamente na plataforma Instagram, e incluiu também os sites utilizados por esses profissionais para a comercialização de seus cursos, visto que esses estão vinculados aos perfis analisados. Os perfis foram observados durante dois meses, sendo selecionadas as postagens onde o discurso do empreendedorismo apareceu de forma mais evidente, posteriormente as postagens foram categorizadas em núcleos de análise sendo eles: empreendedorismo e neoliberalismo, trabalho autônomo, precarização do trabalho, trabalho autônomo apresentado como uma alternativa alheia a precarização e a dicotomia entre teoria e prática. Para embasar essa investigação, foi utilizado o referencial teórico selecionado para este estudo, acessado por meio de plataformas digitais e de um acervo pessoal, permitindo uma abordagem fundamentada na literatura existente sobre o tema.

Nessa direção, as reflexões suscitadas neste trabalho buscam discutir o uso das mídias digitais no exercício profissional do Serviço Social, analisando como a

apropriação dessas plataformas tem se tornado uma ferramenta estratégica para a otimização, publicização e divulgação do trabalho do assistente social diante das demandas contemporâneas. No caso específico dos perfis selecionados, observa-se que o Instagram e os sites vinculados a esses profissionais desempenham um papel central na difusão da perspectiva do Serviço Social autônomo, sendo utilizados tanto para a oferta de cursos e mentorias quanto para a construção de um discurso voltado ao empreendedorismo e ao fortalecimento da atuação autônoma. Dessa forma, a análise proposta neste capítulo busca compreender de que maneira esses perfis utilizam a linguagem digital para propagar e consolidar essa vertente de atuação profissional, articulando suas estratégias de comunicação com o referencial teórico selecionado para este estudo.

A escolha do Instagram como plataforma para análise neste estudo se justifica não apenas pela sua popularidade e sua inserção no cotidiano da população, mas também pelo seu papel ativo na reconfiguração das relações de trabalho. Atualmente, o Instagram tem se tornado cada vez mais um espaço de trabalho digital, especialmente no contexto do empreendedorismo. De acordo com uma pesquisa realizada pelo *Special Report Digital 2025*, da *We Are Social*, no início de 2024, o Instagram contava com 134,6 milhões de usuários no Brasil, consolidando-se como uma das redes sociais mais utilizadas no país. Além disso, dados¹⁴ fornecidos pela *Meta*, empresa proprietária da plataforma, indicam que, no mesmo ano, o alcance dos anúncios publicitários do Instagram correspondeu a 62% da população brasileira, demonstrando seu impacto na economia digital e na promoção de negócios.

O *Instagram*¹⁵ foi escolhido como objeto de análise neste estudo, pois, além de ser uma plataforma baseada prioritariamente em imagem e vídeo, permite uma ampla divulgação de conteúdos profissionais, incluindo os voltados ao Serviço Social. O aplicativo disponibiliza um recurso específico para contas profissionais, oferecendo duas categorias: empresas e criadores de conteúdo. Essa funcionalidade possibilita o acesso a ferramentas estratégicas que ampliam a interação com o público, fornecem métricas detalhadas para os administradores e favorecem a visibilidade do perfil.

¹⁴ Dados disponibilizados no site RD Station, disponível em:
<https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>

¹⁵ O Instagram foi lançado em 2010 como uma plataforma para compartilhamento de mídias entre pessoas, mas vem se desenvolvendo desde então, surgindo novas ferramentas e passou a ser não só uma plataforma para compartilhamento de fotos e vídeos entre amigos e familiares, mas também, um espaço para criação e divulgação de novos negócios.

Desde 2016, o Instagram tem se consolidado como um espaço onde informações podem ser divulgadas de maneira rápida, interativa e influente, tornando-se um canal para a construção de autoridade profissional e comercialização de serviços.

Outro fator relevante na escolha da plataforma é a sua abrangência em termos de público-alvo. Como a *Meta*¹⁶ permite o uso do Instagram apenas para maiores de 13 anos, é significativo observar que 74,8% do público elegível no Brasil utilizava a rede social em 2024. Além disso, no início do mesmo ano, o alcance publicitário da plataforma correspondia a 71,6% do total de usuários da internet no país, independentemente da idade. Esses dados evidenciam a influência do Instagram não apenas como ferramenta de comunicação e marketing, mas também a sua centralidade na vida cotidiana, onde grande parte da população possui acesso e consome informações a partir das interações na plataforma.

Diante dessa realidade, analistas de ambientes digitais afirmam que “as mídias sociais desempenham um papel central em nossas vidas cotidianas” (LINS,2022). No cenário atual, agências de marketing digital ressaltam que as redes sociais não são apenas ferramentas auxiliares, mas elementos fundamentais nos modelos de negócio contemporâneos. Nessa perspectiva, o Instagram tem se consolidado não apenas como uma ferramenta de trabalho, mas como o próprio espaço de atuação profissional. A plataforma proporciona um ambiente de interação entre empresa/profissional e o “cliente” possibilitando um atendimento personalizado e uma comunicação mais direta, o que tem impulsionado novas formas de trabalho digital e relação comercial.

Com o crescente uso do Instagram, a rede social deixou de ser apenas um meio de divulgação para se tornar um ambiente essencial para a validação profissional. Se no passado o destaque no mercado dependia das listas telefônicas e de indicações, hoje, no contexto do capitalismo de plataformas, a relevância de um profissional está diretamente ligada à sua visibilidade nas redes sociais. Dessa forma, ter um perfil bem estruturado no Instagram funciona como um portfólio dinâmico e imediato da atuação profissional. No entanto, essa lógica também reforça a individualização do trabalho e transfere ao profissional a responsabilidade de autopromoção e gestão de sua própria empregabilidade, inserindo-o em uma

¹⁶ Dados disponibilizados pelo site RD Station, disponível em:
<https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>

dinâmica de constante exposição e competitividade, características marcantes da precarização no mundo do trabalho digital.

Esse fenômeno abrange diversas profissões, que passam a atuar e ofertar os seus serviços por meio das plataformas digitais, em especial o *Instagram*, sustentado pelo discurso do microempresário, cuja ênfase são os empreendedores que iniciam seus negócios na plataforma a partir da comercialização da própria experiência profissional, no domínio de técnicas específicas e de métodos supostamente eficazes e infalíveis para alcançar o sucesso profissional, dentre outros argumentos que reforçam uma suposta autonomia vinculada ao empreendedorismo (LINS,2022).

Esses perfis profissionais são estruturados na plataforma com base em estratégias do marketing digital, nos quais é fundamental identificar o que desperta interesse no público-alvo para atrair a sua audiência; buscando o posicionamento na rede através do compartilhamento de conteúdos que sejam relevantes para o seu público. Para conseguir o destaque na plataforma diante do grande volume de informações disponíveis, esses perfis investem em um design atrativo e no fortalecimento de sua identidade digital, especificando nos detalhamentos do perfil quais produtos e serviços são ofertados. Conforme demonstram as figuras 1 e 2 abaixo:

Figura 1 - Design do perfil *asdoseculo21* no Instagram



Fonte: Print Screen elaborado pela autora (2024) do perfil @asdoseculo21¹⁷

¹⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/asdoseculo21/>> Acesso em: 24 fev.2025.

Figura 2 - Design do perfil ikesocialoficial no Instagram



Fonte: Print Screen elaborado pela autora (2024) do perfil @ikesocialoficial¹⁸

Conforme as Figuras 1 e 2, observa-se que ambos os perfis analisados adotam estratégias de marketing digital para reforçar sua identidade profissional e atrair seu público-alvo. O design visual é cuidadosamente elaborado, com a escolha intencional de cores específicas e a utilização de palavras-chave nos destaques¹⁹, facilitando a identificação dos serviços oferecidos. Além disso, também é possível observar nas figuras a categorização desses perfis como “empreendedor(a)”, sendo parte do posicionamento estratégico que busca associar o Serviço Social autônomo à lógica do empreendedorismo. A construção desse discurso, somada ao apelo visual e ao uso de elementos que favorecem o engajamento dentro da plataforma, contribui para consolidar o perfil dessas assistentes sociais como referências na oferta de cursos e mentorias dentro dessa perspectiva mercadológica.

Além disso, na Figura 1, observamos a utilização do termo *Chief Executive Officer* (CEO), tradicionalmente associado à posição máxima na hierarquia corporativa de uma empresa. No contexto analisado, a apropriação do termo pela assistente social evidencia a incorporação da lógica empreendedora, reforçando a noção de que o

¹⁸ Disponível em: < <https://www.instagram.com/ikesocialoficial/> > Acesso em: 24 fev. 2025.

¹⁹ O “destaque” é uma ferramenta utilizada no Instagram que permite aos usuários fixar e categorizar em seu perfil informações compartilhadas. É frequentemente utilizado como uma vitrine para atrair o público-alvo com os seus principais conteúdos e assuntos abordados

sucesso profissional estaria atrelado à gestão autônoma do próprio negócio, onde o trabalhador seria então “dono” do seu próprio espaço de trabalho. Essa apropriação do termo ilustra como o empreendedorismo, enquanto ideologia, promove a valorização da figura profissional como proprietário do próprio espaço laboral, deslocando a discussão das condições estruturais da profissão para uma perspectiva individualizada de ascensão e sucesso.

No campo do Serviço Social, os perfis são bem variados, mas em uma pesquisa realizada por Carina Alves e Vinicius Magalhães²⁰ (2024) foi possível levantar algumas tendências de uso por assistentes sociais para fins profissionais, como: perfis voltados para preparação de concursos públicos na área; perfis especializados em áreas específicas de atuação profissional como a saúde e a educação, que vendem “métodos”, treinamentos e/ou cursos que ensinam de forma prática e objetiva sobre os instrumentos e técnicas presentes no cotidiano da atuação profissional; perfis criados por assistentes sociais que se identificam como trabalhadores autônomos e que oferecem consultas, cursos e mentorias e atendimentos personalizados abordando temas ou questões profissionais específicas para outros profissionais da categoria. Nesse sentido, o foco da nossa análise está nos perfis que se identificam enquanto trabalhadores autônomos e empreendedores. É importante destacar que, em ambos os perfis analisados, o discurso do empreendedorismo está fortemente associado à lógica do *empreendedor-coach*, uma tendência que se expande nas redes sociais ao promover caminhos acelerados para o sucesso profissional (ALVES e MAGALHÃES, 2024). Esse fenômeno se estrutura a partir de narrativas meritocráticas que enfatizam a auto superação, a mentalidade empreendedora e o desenvolvimento de habilidades individuais como fatores determinantes e essenciais para alcançar reconhecimento e estabilidade financeira, desconsiderando todo o contexto sócio-econômico que permeia a vida dos indivíduos na sociabilidade capitalista. No que tange ao Serviço Social Autônomo, em que a atuação ocorre sem a vinculação institucional, essa abordagem se manifesta por meio da oferta de mentorias e cursos voltados à qualificação técnica, com a promessa de impulsionar carreiras e garantir maior expressividade no mercado, desconsiderando o contexto sócio-histórico em que a profissão está inserida, ou então, utilizando-se da condição de precarização do

²⁰ Conferir Alves, C. de S., & Magalhães, V. P. de. (2024). O fenômeno do empreendedorismo no Serviço Social brasileiro: notas exploratórias. *Libertas*, v.24 n.2 disponível em:<<https://doi.org/10.34019/1980-8518.2024.v24.44065>>

trabalho na atualidade para defesa do Serviço Social autônomo como alternativa para modificar esse contexto de forma individualizada, como é possível observar na Figura 3:

Figura 3 - Publicação ikesocialoficial no Instagram



Fonte: Print Screen elaborado pela autora (2024) de publicação no perfil @ikesocialoficial²¹

Na figura 3, o perfil chamado “ikesocialoficial” reforça o discurso do Serviço Social autônomo como alternativa para alcançar salários mais altos no exercício profissional, além disso, ao utilizar a expressão “do zero a 3 mil reais como assistente social autônoma” o discurso empregado busca atingir assistentes sociais que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho. Dado o contexto de flexibilização/precarização que atinge o trabalho do assistente social, com precárias formas de contratação, ausência de horizontes profissionais de longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira e o índice de desemprego da categoria, o discurso ideológico neoliberal do empreendedorismo parece ganhar certo alcance ao prometer melhorias nas condições de trabalho, onde a noção de trabalho autônomo é exaltada como sinônimo de liberdade e inovação (LINS,2020). Entretanto,

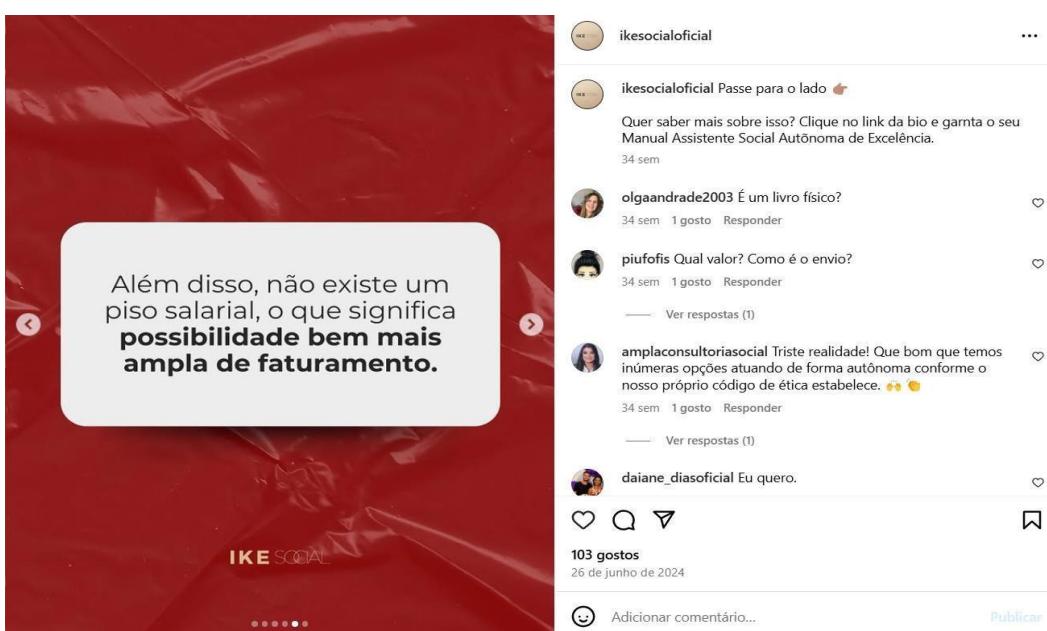
²¹ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C4XxubQrZCK/> > Acesso em: 22 de fev. 2025.

essa suposta autonomia mascara o processo de precarização e individualiza as condições laborais, distanciando os profissionais das lutas coletivas por melhores condições de trabalho e pela efetivação dos direitos sociais, impulsionando a competição e o individualismo.

Ademais, essa dinâmica de trabalho pela via do empreendedorismo está intrinsecamente relacionada à lógica neoliberal e, portanto, dissonante ao Projeto Ético Político da profissão. Na medida em que não realiza a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que tencionam a profissão, destrói a construção de estratégias coletivas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação e no lugar, propõe alternativas individuais que visam a obtenção de maiores salários e perde do horizonte profissional a perspectiva de ampliar e consolidar a cidadania, visando à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes subalternas.

Além disso, a ausência de um piso salarial nacional no Serviço Social, em vez de ser debatida como um reflexo da precarização da profissão, é ressignificada pela lógica do empreendedorismo como uma oportunidade de ascensão financeira. Nos conteúdos analisados, essa realidade é distorcida e apresentada sob uma perspectiva otimista, argumentando que a inexistência de um parâmetro salarial fixo permite que profissionais autônomos alcancem ganhos ilimitados, dependendo apenas de sua dedicação e estratégias de mercado. Conforme demonstra a figura 4:

Figura 4 - Publicação no Instagram ikesocialofical



Fonte: *Print Screen* elaborado pela autora (2024) de publicação do perfil @ikesocialofical²²

A abordagem retratada na Figura 4, esvazia a discussão sobre a desvalorização da categoria e ignora as dificuldades enfrentadas por assistentes sociais no mercado de trabalho, como a instabilidade financeira, a falta de garantias trabalhistas e a sobrecarga de atividades. Ao transformar a ausência de um piso salarial em um suposto benefício, o discurso empreendedor desconsidera as desigualdades estruturais da profissão e reforça a responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso profissional. Assim, a precarização do trabalho é mascarada sob a promessa de liberdade financeira e autonomia, reforçando a lógica neoliberal que transfere para o indivíduo a solução de problemas que, na realidade, são coletivos e estruturais.

Outro aspecto frequentemente ressignificado de forma positiva pelos perfis analisados é a transferência dos serviços socioassistenciais do Estado para o setor privado. Esse processo, que está diretamente ligado ao desmonte das políticas públicas e à precarização das condições de trabalho, é apresentado como uma oportunidade para a atuação autônoma dos assistentes sociais. O terceiro setor, nesse contexto, é descrito como um espaço promissor que possibilita a subcontratação de profissionais por meio de empresas de serviços ou assessorias que prestam suporte aos governos na execução das políticas sociais.

O discurso propagado na Figura 5, logo abaixo, desconsidera as implicações do modelo de gestão neoliberal, que fragiliza os vínculos empregatícios, reduz direitos trabalhistas e compromete a qualidade da assistência prestada à população. A defesa desse formato de atuação reflete a influência da lógica empreendedora no Serviço Social, que transforma a necessidade de sobrevivência profissional em um discurso de autonomia e flexibilidade, ocultando a perda de estabilidade e seguridade para os trabalhadores da área. Assim, o que se apresenta como inovação e ampliação de possibilidades, competências que seriam necessárias ao “assistente social do século XXI”, na realidade, transfere para o assistente social a responsabilidade de se adaptar às novas dinâmicas do mercado, em um cenário de crescente desresponsabilização do Estado.

²² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C8rSzGauxM4/?img_index=5> Acesso em: 22 de Fev.2025.

Figura 5 - Publicação do perfil *asdoseculo21* no Instagram



Fonte: *Print Screen* elaborado pela autora (2024) de publicação do perfil @asdoseculo21²³

Além disso, conforme nos esclarece Montaño (2010), a transferência dos serviços e assistência social do Estado para o terceiro setor não promove paralelamente uma passagem das práticas profissionais dos assistentes sociais do Estado para o chamado ‘terceiro setor’, ou seja, essa transferência dos serviços sociais não promove novos postos de trabalho o que ocorre é uma perda no mercado de trabalho de assistentes sociais em detrimento do aumento de ações filantrópicas e voluntárias.

De forma geral, o perfil “asdoseculo21” articula elementos do discurso próprio do Serviço Social, porém alinhados à lógica do empreendedorismo, promovendo uma visão individualizada e mercadológica da profissão. Em suas postagens no Instagram, há constantes chamadas para “assistentes sociais bem-intencionadas”, sugerindo que os recursos virtuais e as estratégias empreendedoras já estão postas e podem ser utilizados por “assistentes sociais de bem”. Essa formulação não apenas reforça a

²³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C8ZUsbEPkRE/>> Acesso em: 27 de fev. 2025.

ideia do profissional como gestor do próprio sucesso, mas também resgata concepções presentes no Serviço Social conservador, no qual a atuação da categoria estava vinculada à benevolência e ao voluntarismo, só que agora o conservadorismo é apresentado sob novas roupagens. Ao associar o terceiro setor como via privilegiada de atuação, o perfil reforça a noção de que a intervenção profissional se dá mais pelo engajamento moral e pela “boa vontade” do que por uma prática crítica e fundamentada nos direitos sociais, deslocando a centralidade da profissão do enfrentamento das expressões da questão social para uma perspectiva de assistência mercadológica e vinculada à benesse.

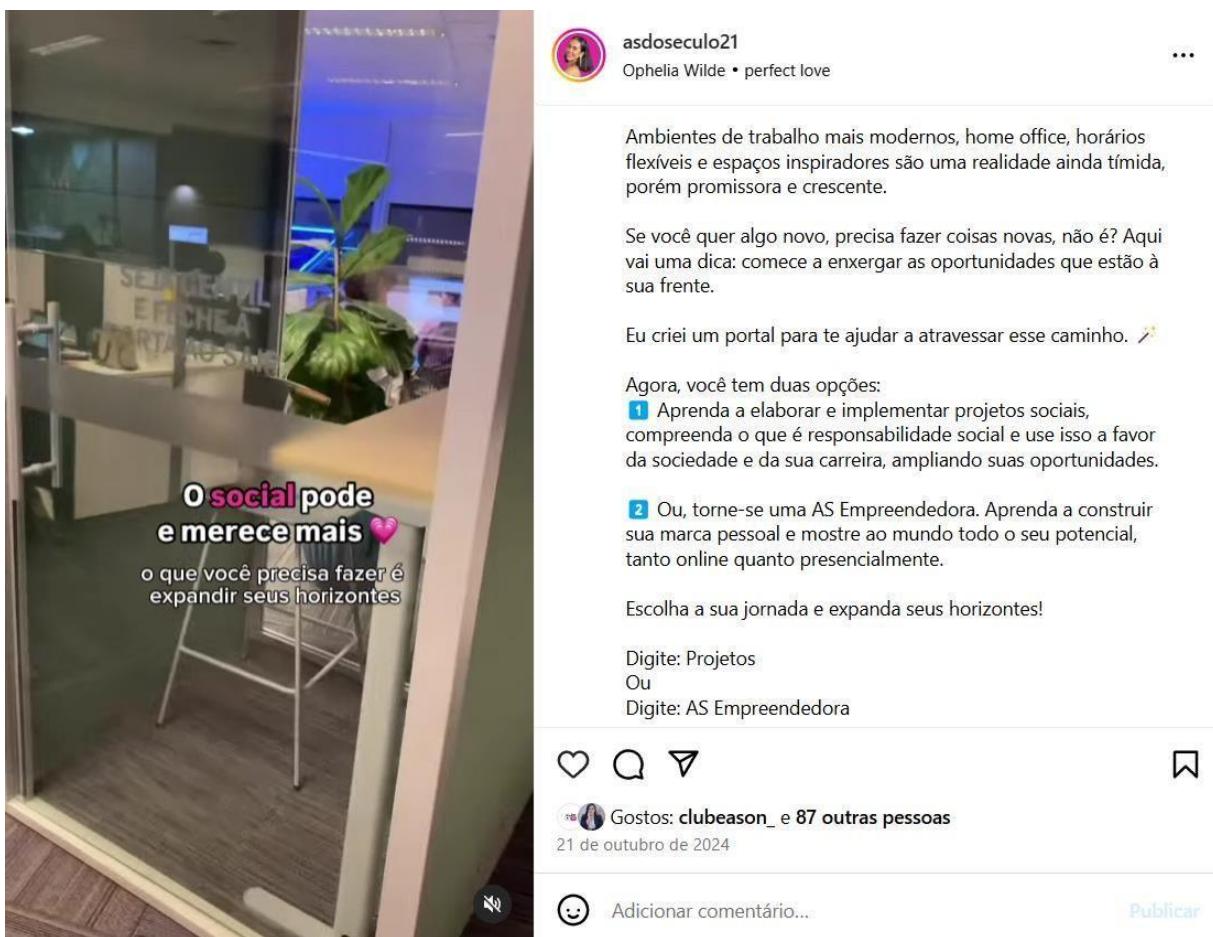
Essa dinâmica se alinha ao que Carlos Montaño (2004) descreve como a reformulação do trato às expressões da questão social sob a ótica do Estado neoliberal. Em vez de garantir esses serviços como um direito universal, baseado na igualdade de acesso e na responsabilidade social compartilhada, busca-se a sua descaracterização. No lugar desse modelo surgem respostas fragmentadas, onde as ações assistenciais perdem o caráter de direito para se tornarem ações filantrópicas e voluntárias ou um serviço comercializável, assim “como a qualidade dos serviços responde ao poder de compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e descentralização, a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada à auto-ajuda e ajuda mútua” (MONTAÑO, 2004 n.p). Nesse sentido o discurso vinculado pelo perfil “asdoseculo21” serve à lógica neoliberal, ao associar as ações assistenciais a práticas associadas à benevolência e a um serviço comercializável, a partir da atuação vinculada ao terceiro setor e ao mercado.

Ademais, no contexto de flexibilização do trabalho e a implementação pelo Estado de políticas neoliberais o trabalho precarizado é mascarado pela ideologia neoliberal, em que o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores através do envolvimento manipulatório (ANTUNES, 2006). É com esse intuito que emerge o conceito de “empreendedorismo”, em que o trabalhador precarizado é apresentado como empreendedor e “chefe de si mesmo” e portanto, responsável por assumir os riscos da sua própria atividade laboral e seus custos de execução. Nesse sentido, opera também “um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade” (ABÍLIO, 2019, p. 4).

No contexto do capitalismo de plataformas, as formas de organização e gestão do trabalho passam por profundas transformações, impondo um modelo de mercado

de trabalho cada vez mais pautado na flexibilidade, na autogestão e na constante adaptação às exigências da era digital. Essa lógica redefine as relações laborais e impõe um perfil profissional que valoriza a multifuncionalidade, a autopromoção e a capacidade de se reinventar continuamente para permanecer competitivo. Diante desse cenário, o assistente social é cooptado a se adequar a essas novas dinâmicas, muitas vezes sob a promessa de maior autonomia e liberdade profissional.

Figura 6 - Publicação do perfil *asdoseculo21* no Instagram



Fonte: Print screen elaborado pela autora (2024) de publicação do perfil @asdoseculo21²⁴

Na figura 6 é possível observar que o contexto de flexibilização do trabalho é apresentado como uma possibilidade de inovação para categoria profissional, em que apresenta ao trabalhador uma suposta autonomia para desenvolver seu trabalho em qualquer lugar, definindo o seu próprio horário e assumindo as tarefas que lhe sejam convenientes. Nesse viés obscurece, que a suposta autonomia proporcionada pelas

²⁴ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/DBZodfelSEd/> > Acesso em 27 de fev. 2025.

redes sociais, pelo fato de não ter um empregador direto, não isenta os/as assistentes sociais de estarem submetidos à lógica do mercado, pois não estão “imunes às determinações econômicas e políticas que incidem no direcionamento e conteúdo do seu trabalho” (RAICHELIS, 2018). Afinal, o Serviço Social permanece vinculado às políticas sociais, o que torna essencial analisar como o Estado tem estabelecido acordos contratuais para o desenvolvimento dessas tecnologias e de que maneira isso impacta a configuração das políticas públicas (LINS,2022).

Além disso, é fundamental considerar que o Serviço Social se insere na divisão social e técnica do trabalho, configurando-se como uma especialização dentro desse processo. De acordo com Iamamoto (2009), a profissão reafirma a centralidade do trabalho na constituição dos sujeitos sociais, uma vez que seu significado se estabelece na produção e reprodução das relações sociais. Assim, a ideia de autonomia promovida pelo empreendedorismo digital desconsidera as determinações estruturais que moldam o exercício profissional, como se fosse possível suprimir o significado social da profissão.

Figura 7 - Oferta disponibilizada no site vinculado ao perfil *asdoseculo21*



Fonte: Print Screen elaborado pela autora (2024) do site <https://www.clubeason.com.br/>²⁵

²⁵ Disponível em: < <https://www.clubeason.com.br/>> Acesso em: 21 out. 2024.

Outro ponto a ser destacado é que conforme as Diretrizes Curriculares (ABEPSS,1996) a intervenção profissional deve ser composta de três dimensões interligadas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Embora cada uma dessas dimensões possua níveis diferenciados de apreensão da realidade profissional, elas são indissociáveis e funcionam de maneira integrada, formando uma unidade (GUERRA,2000) assim sendo:

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS,1996, p.7).

Portanto, é tomando como base nessas três dimensões que o assistente social pode discutir as estratégias e técnicas de intervenção profissional, a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. Nesse sentido, a prática do assistente social não se restringe apenas à aplicação de métodos e técnicas, mas envolve, sobretudo, a dimensão crítica e reflexiva, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seus mais variados espaços sócio-ocupacionais de intervenção (PEREIRA,2015).

Ao vender “estratégias mais eficazes” para elaboração de projetos sociais, conforme ilustrado na Figura 7, ocorre a dissolução das três dimensões profissionais, focando na dimensão técnico-operativa. Onde a aplicação dos instrumentos e técnicas são descolados da apreensão crítica da realidade e dissonantes do projeto ético-político, na medida em que, o “porque fazer” é atrelado aos princípios da responsabilidade social, voltado para as práticas voluntárias vinculadas ao meio empresarial. Dessa forma, tem-se uma prática sem os componentes conceituais e teóricos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares da profissão, em seu lugar, a teoria que sustenta a prática provém dos conceitos do empreendedorismo social, resultando em uma atuação sem análise crítica da realidade.

Assim sendo, ocorre uma dicotomia entre teoria e prática em que a dimensão técnico-operativa é resumida a meros instrumentos e técnicas cujo objetivo primordial é a obtenção do sucesso profissional individual. Perde-se do horizonte profissional a construção de sujeitos coletivos em uma sociedade livre e democrática, e o enfrentamento das expressões da questão social é submetido a atuações fragmentadas voltadas para o ganho pessoal de uma atuação mercadológica.

Sob essa ótica, Barroco (2008) e Iamamoto (2001) enfatizam que a dimensão ético-política do trabalho do assistente social só pode ser vislumbrada quando esse profissional atua de forma consciente e crítica, assumindo um posicionamento político comprometido com a defesa dos direitos dos usuários. No entanto, no atual cenário de reestruturação produtiva e avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), essa dimensão tem sido constantemente tensionada pelo aprofundamento da precarização do trabalho e pela difusão da lógica neoliberal. A crescente adesão ao discurso do empreendedorismo, ao apresentar a atuação autônoma como alternativa viável à falta de reconhecimento e valorização profissional, ameaça deslocar o compromisso coletivo com os direitos sociais para uma perspectiva individualizante e mercantilizada. Dessa forma, reafirmar a centralidade da dimensão ético-política significa resistir às investidas que buscam transformar a profissão em um serviço comercializável, preservando seu caráter crítico e seu compromisso com a luta social. Assim, reafirmar a centralidade das dimensões ético-política e teórico-metodológica do Serviço Social exige não apenas uma postura crítica frente às novas formas de inserção profissional, mas também a compreensão dos mecanismos que vêm reconfigurando o trabalho na contemporaneidade. O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), atrelado ao contexto do neoliberalismo não apenas flexibilizaram e precarizaram as relações de trabalho, mas também abriram a possibilidade de remodelar a identidade da profissão, deslocando-a para um campo marcado pela individualização e pela lógica mercadológica. A difusão do empreendedorismo como alternativa viável à precarização do trabalho, assenta-se sobre uma falsa noção de autonomia, que desconsidera os processos estruturais que condicionam a inserção profissional dos assistentes sociais. Nesse sentido, a incorporação das redes sociais como ferramenta e espaço de trabalho não pode ser analisada de forma ingênuas, mas sim como parte de uma disputa ideológica em curso, na qual a profissão pode tanto se fortalecer na luta pela garantia de direitos quanto se submeter a uma perspectiva que a distancia de seu compromisso histórico com a classe trabalhadora. Diante desse panorama, torna-se fundamental aprofundar as reflexões sobre essas novas dinâmicas, reconhecendo seus desafios e contradições,

para que o Serviço Social possa resistir à sua mercantilização e reafirmar seu papel na luta pela transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho buscamos compreender os impactos da reestruturação produtiva e do avanço das Tecnologias de Comunicação (TICs) nas novas formas de gestão do trabalho, com foco na investigação das consequências ocasionadas pela inserção das TICs no Serviço Social. Em meio às profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a pesquisa buscou compreender como a flexibilização e a precarização das relações laborais impactam a profissão, investigando criticamente a adesão ao discurso do empreendedorismo digital por assistentes sociais que utilizam plataformas como o Instagram para promover suas atividades. A partir de uma abordagem teórico-metodológica baseada no materialismo histórico-dialético, foram analisadas as contradições contidas na inserção das TICs na atuação profissional, que, ao mesmo tempo em que podem ser utilizadas de forma contra-hegemônica, também servem primordialmente ao capital na medida em que reforçam a lógica neoliberal e intensificam a precarização do trabalho.

A pesquisa partiu da compreensão de que a atual configuração do trabalho não pode ser dissociada do contexto da reestruturação produtiva do capital. Nesse sentido, no primeiro capítulo, abordamos esse processo utilizando principalmente os escritos de Ricardo Antunes, destacando como as mudanças ocorridas a partir da crise do modelo fordista, na década de 1970, resultaram na adoção de estratégias produtivas baseadas na flexibilização e na intensificação da exploração da força de trabalho. A introdução de novas tecnologias, aliada à reconfiguração do papel do Estado sob os marcos do neoliberalismo, contribuiu para a fragilização dos direitos trabalhistas e para o aprofundamento da precarização, impactando diretamente as formas de inserção dos trabalhadores no mercado. Essa dinâmica atinge todas as profissões e setores produtivos, inclusive o Serviço Social, que se insere nesse contexto marcado por relações de trabalho cada vez mais instáveis e informais.

No primeiro capítulo também analisamos a nova morfologia do trabalho no contexto do capitalismo de plataformas. Jonas Valente e Ludmila Abílio demonstram como as tecnologias digitais foram incorporadas aos processos produtivos, permitindo a expansão de modalidades de trabalho desprovidas de proteção social, baseadas na falsa autonomia dos trabalhadores. A uberização e a plataformação do trabalho foram discutidas como estratégias do capital para reduzir custos e transferir os riscos do trabalho para os indivíduos, aumentando ainda mais a precarização e a

flexibilização do trabalho. Esse modelo também se faz presente no Serviço Social, especialmente quando assistentes sociais aderem ao empreendedorismo digital como forma de garantir sua subsistência diante da deterioração dos postos formais de trabalho. No entanto, como apontado por Ludmila Abílio, essa suposta autonomia é ilusória, pois os trabalhadores continuam subordinados a lógicas de mercado que impõem insegurança financeira, jornadas extensas e remuneração instável.

No segundo capítulo aprofundamos a discussão sobre os impactos da reestruturação produtiva no Serviço Social, evidenciando como a precarização do trabalho se manifesta na profissão. Raquel Raichelis, destaca que o Serviço Social, enquanto parte da classe trabalhadora, também vivencia as consequências da flexibilização, expressas na fragmentação dos vínculos empregatícios, na desvalorização salarial e na intensificação da carga horária. O Serviço Social, historicamente vinculado às políticas sociais, sofre os efeitos do desmonte do Estado e da crescente privatização dos serviços públicos. Carlos Montaño, demonstra como o neoliberalismo promove a substituição dos direitos sociais por iniciativas focalizadas, filantrópicas e assistencialistas, transferindo para a esfera privada e para os próprios indivíduos a responsabilidade pelo atendimento das necessidades da população. Esse movimento não apenas afeta os usuários do Serviço Social, mas também impacta diretamente a atuação profissional dos assistentes sociais, que veem suas condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

Por fim, no último capítulo, analisamos criticamente a apropriação das plataformas digitais por assistentes sociais, com foco na produção de conteúdo voltado à venda de cursos, mentorias e consultorias como alternativa ao mercado de trabalho formal. Essa tendência não reflete apenas os influxos da transformação do mundo do trabalho na profissão, mas também a crescente influência do discurso neoliberal, que desloca a responsabilidade pela inserção profissional para o indivíduo. Observamos que a adesão ao empreendedorismo digital está alinhada a uma lógica de mercantilização da atuação profissional, na qual o sentido da profissão é esvaziado para se enquadrar à lógica neoliberal do empreendedorismo.

Esse fenômeno não ocorre de maneira isolada, mas está diretamente ligado às consequências ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva abordado nos capítulos anteriores, que impulsionou novas formas de gestão do trabalho, aumentando a precarização, a flexibilização e a informalidade. Onde o empreendedorismo é falseado pela lógica neoliberal como uma alternativa à

precarização e ao desemprego, transferindo para os próprios trabalhadores a responsabilidade de solucionar as condições de sua própria precarização, como se essa condição se desse de maneira isolada a cada trabalhador e não como algo comum à classe trabalhadora como um todo.

O modelo neoliberal, ao naturalizar a informalidade e apresentar o empreendedorismo como solução, contribui para o enfraquecimento da categoria enquanto força coletiva, promovendo uma perspectiva individualista de ascensão profissional. Nesse sentido, o capítulo evidenciou a necessidade de um olhar crítico sobre essas novas formas de atuação, reconhecendo seus limites e contradições para que a profissão não perca de vista seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora e a luta pela garantia de direitos sociais.

Dessa forma, a observação dos perfis no *Instagram* de “assistentes sociais empreendedoras” revelou que essa perspectiva contribui para a despolitização da profissão e a fragmentação da categoria, ameaçando os princípios estabelecidos pelo Projeto Ético Político da profissão. Assim, a atuação digital dos assistentes sociais não pode ser analisada de forma ingênua ou apenas como uma nova modalidade de atuação, pois está inserida em uma disputa ideológica que pode tanto fortalecer a profissão como espaço de resistência quanto submetê-la aos interesses do capital.

Essa discussão é fundamental na atualidade, pois evidencia como a adesão ao empreendedorismo digital no Serviço Social fragiliza o projeto ético-político da profissão e contribui para o esvaziamento de sua dimensão crítica. Como analisado no Capítulo 3, a inserção de assistentes sociais nas plataformas digitais, por meio da venda de mentorias, cursos e consultorias, não apenas reforça a individualização da profissão, mas também leva à fragmentação e dissolução das três dimensões fundamentais da atuação profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A mercantilização do Serviço Social reduz a prática profissional a um conjunto de técnicas descontextualizadas, esvaziadas de suas bases teóricas e de seu compromisso com a transformação social, deslocando o foco da coletividade para o sucesso individual. Dessa forma, as assistentes sociais que se apropriam desse modelo de atuação tornam-se dissonantes da teoria crítica, ao adotarem uma perspectiva que naturaliza a precarização e reforça a noção de que a ascensão profissional depende exclusivamente do esforço individual, desconsiderando as determinações estruturais que configuraram o mercado de trabalho. Esse movimento não apenas enfraquece a identidade coletiva da categoria, mas também contribui para

a despolitização da profissão, tornando ainda mais urgente a necessidade de aprofundamento desse debate para reafirmar a centralidade dos direitos sociais e da luta coletiva na atuação profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABÍLIO, L. C. **Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado**. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol18-issue3-fulltext-1674>. Acesso em: 09 set. 2024.

ALVES, C. de S.,: MAGALHÃES, V. P. de. (2024). **O fenômeno do empreendedorismo no Serviço Social brasileiro: notas exploratórias**. *Libertas*, v.24 n.2 disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2024.v24.44065>. Acesso em 12 fev. 2025.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial**. *Revista Katálysis*, v. 12, n. 2, p. 188-197, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>. Acesso em 19 set.2024

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990**. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. XXVII, p. 11-25, 2014. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1316>. Acesso em: 19 set. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Icebergs à Deriva: o Trabalho nas Plataformas Digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infooproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES,Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES,Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** (3^a ed., Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAUJO, C. B.; ARAUJO, M. L. **Apontamentos acerca da reestruturação produtiva e seus influxos no Serviço Social**. In: *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, 16, 2019, Brasília. *Anais eletrônicos* [...]. Brasília, 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/398>. Acesso em: 31 jan. 2025

ARAÚJO, Christiane Batista. **Apontamentos acerca da reestruturação produtiva e seus influxos no Serviço Social**. In: *IX Jornada de Políticas Públicas*, Maranhão, 2019. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_813_8135cb9dda31c925.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025.

Araújo, Marley R. M., Divino, Pedro H. R., Silva, Simone S. & Batista, Karen (2023). **Reforma trabalhista e precarização do trabalho segundo atores do Direito do Trabalho.** Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, 10(27), 107-158. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/6910>.

BARRETO, C. B. S.; SILVA, A. M. Trabalho profissional e mídias digitais: uma análise do uso de perfis profissionais de Serviço Social na rede social Instagram. In: XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022. “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”, 2022.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BAUMGRATZ DELGADO YACOUD, L.; RIBEIRO, L. C. Emprego, desemprego e precariedade do trabalho do assistente social. *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, (20), p. 141-152, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicações.uerj.br/revistaempauta/article/view/165>.

BOSCHETTI, Ivanete Salate. Expressões do conservadorismo na formação profissional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400637&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20, fev, 2024

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5–15, set. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CHAVES, Andréa Bittencourt Pires. Da planta taylorista/fordista ao capitalismo de plataforma: as engrenagens da exploração do trabalho. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 6, p. 93, 2020. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/download/3473/3605/19874>. Acesso em: 23 set. 2024.

CRESS - 6a R. COFI. “Levantamento sobre o mercado de trabalho dos Assistentes Sociais em Juiz de Fora”. Juiz de Fora, 2004.

DIAS, U. S. J. et al. Informação, conhecimento e poder: notas sobre a incorporação das TICs no trabalho de assistentes sociais. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 17., 2020, São Luís. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/40853>. Acesso em: 09 set. 2024.

FERRAZ, Ivelize Oliveira. Formação e trabalho das/os assistentes sociais no capitalismo brasileiro contemporâneo. *Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social*, Vitória, ES, 16 a 19 de novembro de 2020. ISSN 2175-098X.

GALDINO, S. O serviço social na produção de conteúdos em plataformas sociodigitais: um estudo do Instagram e do YouTube. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GUERRA, Yolanda. *A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

GUERRA, Yolanda. *Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social.* In: Serviço Social e Sociedade. Cortez editora. Ano XXI, n. 62, mar. 2000.

HILLESHEIM, Jaime; PAIXÃO, Brenda F. da; MACANEIRO, Luiza P. *A complexificação do trabalho do assistente social no contexto da “era digital”.* In: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2023, São Luís. Anais do XI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2023. v. 1. p. 1-15.

HUWS, Ursula Elin. (2014). *Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó.* Caderno CRH, Salvador, n. 70, pp. 13-30.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade.* São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda. *As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.* In: MOTA, Ana Elizabete (Org.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.* São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009c.p.161-196

IAMAMOTO, Marilda. *O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional.* In: BONETTI, Dilséa et al. (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. P.87-104.

ITUASSU, Cristiana Trindade; TONELLI, Maria José. *Sucesso, mídia de negócios e a cultura do management no Brasil.* *Cadernos EBAPE.BR*, v. 12, n. 1, p. 123-143, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/Sk4LLCRJRBtv43Y33Bc45Nz/abstract/?lang=pt> .
Acesso em 15 fev. 2024

KREIN, José Dari. Sete anos depois, reforma trabalhista é reconhecida como precarizante. **Conjur**, 27 set. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-set-27/sete-anos-depois-reforma-trabalhista-e-reconhecida-como-precarizante/>. Acesso em: 19 fev.2025.

LINS, Maria Alcina Terto. *A atuação de assistentes sociais nas redes sociais: apontamentos iniciais.* In: *XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://ticpoliticasocial.org/wp-content/uploads/2023/10/ALCINA.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência.* In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro,(orgs). *Ruy Mauro Marini: vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATOS, Maurílio Castro. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social.* Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.

MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MISOCZKY, Maria Ceci et al. **A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo**. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 1, n. 3, p. 184–193, 2017. DOI: <10.21118/apgs.v1i3.5126>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5126>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. *Lutas Sociais*, v.8, p 53–64, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i8.18912>. Acesso em: 30 Jan. 2025

MONTEIRO, Joselita Olívia da Silva. **Os condicionantes da incorporação das TICs no exercício profissional do Serviço Social: “E a novidade que seria um sonho virava um pesadelo tão medonho”?** In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, S. L. B. **As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade**. In: *I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social*, 2015, Londrina. *Anais eletrônicos*, Londrina, p. 1-10.

PNAD TIC: em 2014, pela primeira vez, celulares superam microcomputadores no acesso domiciliar à internet. **Agência IBGE notícias**, 25, maio, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9564-pnad-tic-em-2014-pela-primeira-vez-celulares-superaram-microcomputadores-no-acesso-domiciliar-a-internet>. Acesso em: 25, Fev. 2025.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: CFESS; ABEPSS. (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. 1. ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 377- 392.

_____. **Tecnologia, trabalho e a pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo?** *Serviço Social & Sociedade*, n. 144, p. 5-16, maio/set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.277>. Acesso em: 09 set. 2024.

RODRIGUES, A.C.P.,; SOUSA,A.C. de. **O trabalho do assistente social no cenário contemporâneo.** In: XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022. Anais eletrônicos [...] Disponível em: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/posters/0000000810.pdf>. Acesso em 19 fev.2025

SAMPAIO, Simone Sobral; RODRIGUES, Filipe Wingeter. **Ética e sigilo profissional.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 117, p. 84-93, jan./mar. 2014.

SOUZA, Diego de Oliveira. **As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19.** *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, p. 15, 2021.

VALENTE, Jonas. (2021). **Trabalho em plataformas digitais e teoria do valor trabalho: bases para uma abordagem marxista do fenômeno.** In: IV Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais – Anais – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

VELOSO, Renato. **As potencialidades contraditórias das tecnologias da informação.** *Contemporânea*, v.5 n.2, p.10-21,2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/contemporanea/article/view/17640> . Aceso em: 16 out. 2024.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, Trabalho e Tecnologia da Informação.** *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, (27), 71–90, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2499>. Acesso em: 08 out.2024

VELOSO, Renato. **Tecnologias da informação e Serviço Social: notas iniciais sobre o seu potencial estratégico para o exercício profissional.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 102, p. 499-520, 2010.

VICENTE, Damares Pereira. **Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 562-581, jul./set. 2015.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de Tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

Wood Jr, Thomaz & Paula, Ana. **A mídia especializada e a cultura do management.** Organizações & Sociedade, v.13 n.38, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266268138_A_midia_especializada_e_a_cultura_do_management . Acesso em 08 out.20